



DIÁRIO

da Assembleia da República

XV LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2022-2023)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 13 DE ABRIL DE 2022

Presidente: Ex.^{ma} Sr.^a [Edite Fátima Santos Marreiros Estrela](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha](#)
[Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco](#)
[Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues](#)
[Helga Alexandra Freire Correia](#)

SUMÁRIO

A Presidente ([Edite Estrela](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 1, 2 e 4/XV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 1 a 3, 5 a 31 e 33 a 39/XV/1.^a, dos Projetos de Regimento n.ºs 1 a 4/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 2 a 17 e 19 a 21/XV/1.^a

Em declaração política, a Deputada [Berta Nunes](#) (PS), aludindo ao Programa do XXIII Governo Constitucional, destacou a coesão territorial como um dos grandes temas da

Legislatura, tendo elencado as principais medidas para a sua concretização. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Bruno Nunes](#) (CH), [Rui Rocha](#) (IL), [Fátima Ramos](#) (PSD) e [João Dias](#) (PCP).

Entretanto, a Presidente ([Edite Estrela](#)) assinalou a presença, na tribuna do Corpo Diplomático, do Presidente da República da Bulgária, Rumen Georgiev Radev, e da respetiva delegação, os quais foram aplaudidos, de pé, pela Câmara.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — A Mesa regista a inscrição de seis Srs. Deputados para pedir esclarecimentos. Entretanto, o Sr. Deputado Bruno Dias informou que pretende responder em dois conjuntos de três.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, dou a palavra à Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Bruno Dias, não podíamos estar mais de acordo com as preocupações vertidas na sua declaração política.

Perante o agravamento da inflação, temos consciência de que este mês, a cada 50 € de compras do cabaz alimentar, os portugueses vão pagar mais 3 € sobre a fatura. Aliás, há 28 anos que não víamos nada assim. O próprio aumento de 6% do início do ano no salário mínimo foi literalmente engolido pela inflação, e, por isso mesmo, na prática, não houve qualquer tipo de aumento.

O aumento das pensões ou dos salários da função pública, que estavam previstos no Orçamento, também vão significar, na prática, uma perda de rendimentos. Em relação a isto, não posso deixar de comentar o facto de termos tido Deputadas, na semana passada, aqui nesta mesma Casa, a dizerem que os funcionários públicos, em tempos de crise económica, deveriam ficar sem vencimento. Acho que não vale a pena estarmos a bater palmas a estes funcionários públicos, que, em tempos de crise, acudiram ao País e trabalharam horas atrás de horas, e depois achar, em contraciclo, que não são dignos de receber o seu vencimento quando, efetivamente, os tempos de crise exigem cortes ou austeridade, com os quais não concordamos, evidentemente.

São medidas urgentes e excepcionais as que o País tem de ter a este tempo, nomeadamente diminuir a carga fiscal sobre as famílias, com a revisão dos escalões do IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) — e pergunto se acompanha esta preocupação do PAN, já proposta no Orçamento do ano passado, inclusive para a classe média —, mas também o IVA (imposto sobre o valor acrescentado) zero para alguns produtos, nomeadamente o pão e também os legumes e frutas, uma vez que ao abrigo de nova diretiva, tal é efetivamente possível.

Por outro lado, também entendemos que as famílias com animais de companhia não devem ser deixadas para trás, pelo que pergunto se o PCP nos acompanha na baixa do IVA dos serviços de saúde animal e de alimentação para os animais de companhia, entre as muitas outras medidas que a este tempo urge tomar para que efetivamente se combatam os efeitos da inflação.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Costa, do PS.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Bruno Dias, em primeiro lugar, saudamos o tema escolhido. Naturalmente, o impacto inflacionista da guerra, que alguns tentam dizer que não existe, sobre os preços é uma realidade. Assim, questionamos se medidas como a redução do ISP (imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos) equivalentes à redução para 13% do IVA, o pedido à Comissão Europeia para a baixa do IVA na energia, o apoio às botijas de gás, equivalente ao que tínhamos também na tarifa social da eletricidade — que o Sr. Deputado tão bem conhece, também aqui muito debatido em anteriores Legislaturas —, não são uma importante resposta a estas matérias.

Bem sabemos que a resposta do Partido Comunista Português, naturalmente, é a dos preços fixos. Ao longo do tempo, o Partido Socialista tem debatido este assunto.

Outra questão é também a dos tetos máximos a níveis de preços, que também estão a ser debatidos a nível europeu. Portugal e Espanha também fizeram esse debate e pergunto ao Sr. Deputado como é que vê essa proposta.

Mas que País, com a fixação administrativa em todos os preços, é que apresenta crescimentos como Portugal, de 4,9%, Sr. Deputado? Como é que isso é possível?

Protestos das Deputadas do PCP Alma Rivera e Diana Ferreira.

Mais uma pergunta, Sr. Deputado: ao longo dos últimos anos, os Governos do Partido Socialista passaram o salário mínimo nacional de 505 € para 705 €. Foi ou não um grande avanço a nível dos salários, que aqui não referiu?

Protestos dos Deputados do PCP Alma Rivera e João Dias.

Nos últimos anos — igualmente com o apoio do Partido Comunista Português — medidas como as de apoio à redução tarifária foram das medidas com mais impacto social e económico que já existiram, Sr. Deputado!

Por isso, Sr. Deputado, a pergunta que lhe faço é muito simplesmente a seguinte: que medidas reais é que o PCP tem para responder a estas matérias e a esta crise e como é que o PCP, que sempre critica as respostas a nível europeu, esquecendo-se de que a Europa nos dá, por exemplo, o maior pacote financeiro que é o do Plano de Recuperação e Resiliência, que são cerca de 609 milhões euros,...

O Sr. **Presidente**: — Tem de concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — ... ou o novo Quadro Comunitário de Apoio, pode responder a este desafio sem ser no contexto europeu e do ponto de vista isolado, como o Partido Comunista Português pretende, esquecendo que existe uma guerra, que contraria, dizendo que ela não existe?

Aplausos do PS.

O Sr. **João Dias** (PCP): — O aumento das pensões não foi opção do PS!

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado José Moura Soeiro, do BE.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Bruno Dias, há muitas formas de empobrecer. Nós conhecemos quais eram aquelas que o Governo da direita e a troica privilegiavam: o corte direto nos salários, o aumento dos impostos sobre os rendimentos do trabalho, o corte nas prestações sociais.

Mas o momento que vivemos já está a transformar-se, também, num processo de empobrecimento, porque se os preços aumentam mais do que 5% nos bens essenciais e os salários não aumentam, isso significa um corte real dos salários e dos rendimentos.

Para travar este processo, não há, certamente, uma varinha mágica, uma ação única, isolada, que resolva todos os problemas, mas há medidas essenciais e o Governo e o Partido Socialista têm-nas rejeitado. Primeiro, é preciso intervir na formação de preços, intervir, condicionar, limitar as margens de lucro, o processo especulativo que já está em curso, seja no setor da energia, seja na grande distribuição. E, em segundo lugar, é preciso aumentar salários e pensões, para que o seu valor não seja comido pela inflação e por esta especulação nos preços.

Ao rejeitar estas duas medidas, o Partido Socialista, o Governo, mantém intocados, por um lado, os lucros destes grupos económicos e mantém intocado este processo especulativo, e nem sequer com a taxação dos lucros extraordinários, dos lucros caídos do céu, o Governo se compromete. Ao não querer mexer nos salários, imputa os efeitos desta crise a quem trabalha, permitindo que a inflação inscreva, de forma duradoura, um corte nos salários dos trabalhadores.

O Sr. Deputado, no fundo, perguntava a este Parlamento, se é para isto que serve a maioria absoluta do Partido Socialista e creio que nós convergimos na resposta: até ver, é para isto que serve a maioria absoluta do Partido Socialista.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, quero começar por agradecer aos Deputados Inês de Sousa Real, Hugo Costa e José Soeiro as questões colocadas ao PCP nesta fase.

Queria, de facto, sublinhar a questão que foi mencionada pelos Srs. Deputados e que tem que ver com os aumentos salariais que estão a ser consumidos pelo aumento dos preços e em que se pode afirmar, desde já, que os trabalhadores já estão a perder e isto ainda mal começou!

Em relação à inflação, os trabalhadores já têm a haver, porque, perante os aumentos salariais que continuavam, desde há muito, a ser necessários e urgentes, os trabalhadores continuam a reclamar, com justeza perfeitamente legítima, essa exigência de aumentos salariais. A verdade é que o aumento do salário mínimo para 705 €, que o Governo decidiu no princípio do ano, já está praticamente absorvido por 5,3% de inflação — só este! E, no caso das pensões, a situação ainda é mais grave, com a inflação a ser já entre 5 e até 20 vezes superior ao aumento que as pensões tiveram em janeiro.

Portanto, esta matéria levanta, de uma forma incontornável, o problema dos rendimentos dos trabalhadores e dos reformados, até porque há um aspeto, nestas questões de inflação, que não é evidenciado nas estatísticas oficiais, mas que é uma realidade incontornável para a maioria das pessoas. É que nas camadas da população com mais baixos rendimentos, em que os salários e as reformas são mais baixos e as dificuldades são mais graves, a percentagem que se gasta com alimentação, transportes, a renda da casa, a conta da luz é muito mais pesada do que nos casos em que o poder de compra é mais alto.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — E é precisamente nessas classes de bens, produtos e serviços que se verificou, de forma mais pesada, o contributo, isto é, o peso relativo destas classes de bens na inflação e no índice de preços.

Assim, para esta população, é mais grave a inflação que, em termos médios, é de 5,3%. Na vida real, isto é muito mais grave. Na vida concreta dos trabalhadores, as dificuldades são muito maiores do que estas que aparecem nos discursos oficiais e, portanto, a política fiscal, sim, Sr.^a Deputada, é indissociável desta discussão, quer na questão dos rendimentos, quer na questão dos preços, mas não substitui a questão central da política de rendimentos, dos salários, das pensões de reforma.

Sim, é uma luta de muitos anos do PCP a questão dos escalões do IRS e temos, aliás, defendido o chamado mínimo de existência, que é o valor a partir do qual se passa a pagar IRS e antes do qual não se deve pagar porque o rendimento é tão baixo, que não o deve justificar. Bom, mas a questão central são os salários, é o salário ao fim do mês, é a pensão de reforma e devo dizer que é quase comovente que o PS, nesta altura, apareça a vangloriar-se dos aumentos das pensões quando tanta dificuldade criou para serem aprovados...

O Sr. **João Dias** (PCP): — Bem lembrado! Bem lembrado!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — ... não permitindo que fossem mais longe, ou do apoio à redução tarifária, em que estiveram 22 anos a votar contra, quando o PCP o propôs,...

O Sr. **João Dias** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — ... ou do apoio social na compra da botija de gás, que foi propagandeado e não teve concretização real.

É uma questão que tem que ver com os preços, é uma questão que tem a ver com os salários, mas que exige uma resposta cabal e efetiva por parte do Governo, que continuamos até agora sem observar.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rios de Oliveira, do PSD.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Bruno Dias, saúdo o Partido Comunista Português por trazer este tema importante a debate.

Mas permita-me, Sr. Deputado, que comece mesmo pelo ponto central da sua intervenção, porque, talvez por cegueira ideológica, o Sr. Deputado centra o que está a acontecer como uma campanha especulativa de preços por parte das empresas.

Sr. Deputado, pergunto-lhe se não são estas empresas, se não é o tecido empresarial português que ainda mal está a sair de uma pandemia e é confrontado com o aumento do preço das matérias-primas nos mercados internacionais, com o aumento do preço da própria energia?

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sim, da Galp e da EDP!

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Deputado, isso tem reflexos nos custos de produção ou não tem?

Quando se pergunta qual é a resposta do PCP e a resposta é a fixação de preços administrativos, pergunto qual é o impacto disso nas empresas. É para fecharem mais empresas, as tais que criam emprego?

Mas também lhe pergunto, Sr. Deputado, em relação ao Governo, como é que o PCP vê as respostas que o Governo dá? O nosso Ministro da Economia falava num apoio de 160 milhões de euros para as empresas com maior consumo energético, que é, manifestamente, insuficiente e reconhecido como insuficiente pelo setor empresarial. Aliás, recorde-se quantas vezes o PSD, aqui, reclamou um maior investimento nas empresas, nomeadamente por via do PRR.

E, portanto, Sr. Deputado, aqui chegados, a pergunta que lhe deixo é a seguinte: além dessas decisões ou dessas propostas, tão do PCP, de se fixarem preços e depois os empresários que resolvam, os tais que criam e que mantêm emprego, que apoios é que o PCP prevê ou propõe nesta área para as empresas, além dos apoios que propõe para as pessoas?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Galveias, do Chega.

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Bruno Dias, é sem surpresa que vejo o Grupo Parlamentar do PCP e até os outros grupos parlamentares preocuparem-se com o aumento do custo de vida, o aumento dos salários, temas que ao Chega também preocupam, logicamente. Contudo, não os vejo com uma real preocupação, nem com um simples blá-blá-blá sobre a sobrevivência de dois milhões de portugueses que neste momento sobrevivem e apenas sobrevivem.

O Governo suportado pela geringonça apenas fez crescer o número de pobres e de promessas não realizadas. Não é um Deputado do Chega que o afirma, mas, sim, os dados do ICOR 2021 (Inquérito às Condições de Vida e Rendimento). A taxa de pobreza aumentou para 18,4%, mais 2,2% do que em 2019. Isto significa mais 228 000 pessoas em situação de pobreza.

Os valores de pobreza aumentaram nas mulheres, crianças e idosos. Estes últimos, depois de trabalharem uma vida inteira, veem-se com pensões de tostões, ao contrário de políticos com reformas de milhões.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Se para a classe média o aumento do custo de vida é um assunto importante, o que dirão e o que acontecerá aos que vivem abaixo do limiar de pobreza?

Sr. Deputado, a pergunta que, em nome das pessoas em situação de pobreza, lhe faço é só uma: o PCP quer continuar ao lado do PS e do Bloco de Esquerda, a produzir cada vez mais pobres,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — ... ou quer ganhar coragem e estar ao lado do Chega, no combate às desigualdades e aos privilegiados do sistema vigente?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para formular um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardo Blanco, do Iniciativa Liberal.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Bruno Dias, é realmente fenomenal como é que o PCP, hoje, vem falar de subida de preços sem dizer que, em boa medida, essa subida se deve à invasão da Ucrânia pelos vossos amigos russos.

Aplausos do IL.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — É que, antes de falar de inflação, é preciso condenar aqui o facto de o PCP não condenar Putin e o regime russo.

A vossa linguagem, a vossa mensagem ignora as filmagens diárias, certificadas por entidades independentes, de ucranianos em sofrimento, mas, com bastante coragem, a lutarem contra o invasor russo.

Por isso, e muito rapidamente, lhe digo que há certamente quem prefira os velhos tempos da União Soviética, nós preferimos os novos tempos, sempre, da União Europeia.

Aplausos do IL.

Mas, obviamente, as pessoas em Portugal não querem tanto saber destas palavras, querem mais saber de medidas que aumentem o seu poder de compra. E tenho três perguntas, relativamente a isso, para fazer ao PCP.

A primeira é a de saber se acompanha o Iniciativa Liberal numa baixa substancial do IRS, acima da taxa da inflação, que atualize os escalões do IRS à inflação, coisa que o Governo PS, hoje, já disse que não quer fazer.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — A segunda é a de saber se aceita a liberalização do setor das energias renováveis. O Governo, felizmente, já está, nesse sentido, a flexibilizar os licenciamentos para aumentar a produção e, assim, diminuir a dependência e os preços.

Em terceiro lugar, gostaria de saber se vai aceitar votar a favor da proposta do Iniciativa Liberal para uma baixa de ISP maior do que aquela que o Governo PS propõe.

Aplausos do IL.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.
Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, registando as perguntas que me fizeram os Srs. Deputados Paulo Rios de Oliveira, Jorge Galveias e Bernardo Blanco e antes de responder a essas perguntas, não queria deixar de fazer uma observação ao conjunto dos Srs. Deputados, que, há uns tempos, bem falavam em cordões sanitários e extremas-direitas.

Protestos do Deputado do Chega Pedro Pinto.

Aqui têm o esclarecimento relativamente à atitude, hoje em dia, de quem despreza a população, de quem despreza o entendimento sobre a realidade concreta da vida das pessoas e aproveita a discussão sobre o aumento do custo de vida, as dificuldades gritantes que os portugueses enfrentam,...

Aplausos do PCP.

... para fazer provocações e transformar o debate numa poluição a que não iremos aderir, em que não iremos participar ou para a qual não iremos contribuir.

Aplausos do PCP.

Protestos do CH e do IL.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vocês apoiam a Coreia do Norte!...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não podemos deixar de observar que a questão da prática especulativa, hoje em dia, em relação aos grupos económicos, quer das petrolíferas, quer da grande distribuição, Sr. Deputado Paulo Rios, é observada de forma concreta. E a pior cegueira, a cegueira ideológica, é a de quem não a quer ver. Portanto, quando não se consegue verificar e observar no concreto que nem nas alturas em que a matéria-prima, o barril de petróleo, atingiu valores recorde, inclusive acima do que, hoje em dia, se está a praticar, nunca, naqueles dias, o preço da gasolina ou do gasóleo atingiu 2,20 €. Nunca aconteceu! E tivemos os representantes das petrolíferas em Portugal a dizer que era devido ao efeito psicológico provocado pela guerra que se estava a verificar que, na mesma semana, o mesmíssimo combustível que tinha sido refinado meses antes estava a aumentar de preço e a disparar para valores verdadeiramente exorbitantes. Isto não é especulação, Sr. Deputado?! Isto não é uma prática de aproveitamento da guerra e das sanções pelos grupos económicos, os tais que, na mesma altura, distribuem dividendos de milhares de milhões de euros?! É disto que estamos a falar, quando falamos de aproveitamento da situação, que já é difícil, da guerra e das sanções que se aplicam, a favor de alguns interesses económicos. E quais? Olhem, os grupos económicos da grande distribuição, os tais subsídio-dependentes, que têm, nesta Casa, os seus defensores e porta-vozes, que clamam contra os aumentos salariais, ao mesmo tempo que exigem diminuição de impostos e subsídios do Estado para compensar o investimento que não fazem, porque entregam o dinheiro aos acionistas e aumentam os seus administradores, naturalmente, porque é assim que acontece.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Portanto, quando lá vem a ladainha do costume, de menos IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) para os grupos económicos, sabem bem a que portas é que hão de bater: é do lado de lá! Depois, bem podem perguntar ao PCP se concorda, que sabem muito bem qual é a resposta, Srs. Deputados!

Aplausos do PCP.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — E as respostas?! Era sobre o IRS, não sobre o IRC!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Zero respostas!

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, em nome do Bloco de Esquerda, tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Mortágua.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Enquanto os horrores da guerra concentram a atenção mediática e a nossa indignação, devemos ser capazes de, sem desviar os olhos, por um segundo que seja, da Ucrânia, não ignorar problemas que noutras circunstâncias ocupariam telejornais.

Falo de temas tão importantes como a educação, em que temos a responsabilidade de fazer uma pergunta: será que sabemos o que se passa nas escolas?

Em breve começará o último período do ano letivo de 2021-2022. Uma criança que esteja agora a acabar o 1.º ciclo, na melhor das hipóteses, terá memória de um primeiro ano diferente dos restantes e, na pior, não reconhecerá a cara da sua professora.

Já um adolescente que termine agora o 2.º ciclo nunca viu a cara de um único professor ou de um colega dentro da sala de aula.

E as probabilidades de que uma jovem do secundário tenha tido metade das experiências sociais que é suposto ter na sua idade não são muito grandes.

Por isso, quando perguntamos o que se passa nas escolas, a pandemia está no topo das preocupações.

Durante os últimos anos, guiámos pela ciência e pela cautela — creio que falo, pelo menos, pela maioria de nós — as decisões sobre o encerramento e a reabertura de escolas. Ainda que não estivéssemos todos de acordo em relação ao investimento necessário para abrir as escolas em segurança — como aconteceu com a questão dos assistentes operacionais e do momento de os contratar —, era relativamente unânime, entre todos, que os danos do encerramento das escolas seriam sempre mais duradouros, mais profundos e mais traumáticos do que os efeitos de uma pandemia controlada.

O mesmo apelo fazemos agora em relação às máscaras nas escolas. Adotem-se as medidas necessárias de arejamento das salas e de distanciamento, protejam-se os alunos e os professores mais vulneráveis, mas não se imponha a uma geração um presente sem rosto.

Com a maioria da população escolar vacinada, a decisão sobre a manutenção do uso de máscara nas escolas não se pode reduzir a uma questão de *Rt* e de índice de transmissibilidade. Estar de máscara na escola não é o mesmo que estar de máscara no centro comercial, porque no reverso do risco de contágio estão danos emocionais, mentais, de desenvolvimento, de aprendizagem, da fala, da leitura ou da escrita. No reverso do contágio está a fadiga, a ansiedade e a falta de concentração, não só dos alunos, mas também dos professores.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Muito bem!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — E, sim, proteger a capacidade de aprender e o desenvolvimento saudável das crianças é mesmo uma questão de saúde e de bem-estar.

Por essa razão, Filinto Lima, Presidente da associação dos diretores escolares, chamou-lhe «mordaça», não por não reconhecer a importância das máscaras, mas por saber que dificultam a comunicação entre professores e alunos.

Por isso, a comunidade escolar sabe que o uso de máscara nas escolas não é um «pequeno esforço», pelo contrário, é um risco que deve ser bem avaliado, porque quanto mais tempo passa mais danos poderá causar.

Com critérios científicos e de cautela, como sempre, apelamos ao Governo para que não trate este assunto de forma leviana, até porque noutras matérias sabemos que esse «comboio» já partiu.

No final do 2.º período, eram 30 000 os alunos sem professor a, pelo menos, uma das disciplinas. No próximo ano, serão cerca de 110 000 alunos sem professor, conforme um estudo realizado por uma antiga diretora da Direção-Geral de Estatísticas da Educação. A lista de disciplinas é extensa: inclui Português, Matemática, Biologia e Geologia, mas também Física, Química, História, Informática e cada vez mais disciplinas. Só este ano, até ao mês de maio, serão 861 professores reformados, e não há quem os substitua.

O problema está à vista, os estudos são demolidores e a previsão é de uma catástrofe anunciada.

Por isso, pergunto: será que sabemos o que se passa nas escolas? Quantos alunos vão começar o 3.º período sem aulas por falta de professores? Como é que se resolve este problema de imediato?

Permitam-me dar o exemplo de uma professora com quem falei ontem. Chama-se Cristina, mora em Almodôvar e todos os dias vai dar aulas a Mértola. São quase 100 km por dia e, nos dias que correm, isso significa pelo menos mais 40 € por mês em combustível. Ainda hoje falámos aqui de coesão; não sei se é assim que se constrói a coesão no direito à educação.

No debate do Programa do Governo, o Sr. Primeiro-Ministro, que sempre rejeitou que a chave para a falta de professores estava nos baixos salários e no custo das despesas, garantiu que a inflação que irá consumir esses mesmos salários é apenas transitória. Na altura, perguntei-lhe: quantos alunos é aceitável que fiquem «transitoriamente» sem aulas, porque os professores ficaram «transitoriamente» sem dinheiro para pagar as despesas de transporte ou habitação? E quanto tempo dura esta transitoriedade?

O mesmo dizemos sobre as máscaras. As escolas têm de regressar à normalidade. Normalidade não é ausência de adversidades; normalidade é a boa prática educativa, é a preparação, é o investimento; normalidade é haver professores para todas as disciplinas, professores cuja cara os alunos conhecem.

Normalidade será acolher nas nossas escolas todas as crianças ucranianas que fogem da guerra. E, mais uma vez, o problema nunca será a sua chegada, nem o número em que chegam, mas a capacidade do Governo para dotar as escolas de professores de Português e de recursos humanos para acompanhar estas crianças.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem de concluir.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Termine, Sr. Presidente.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, não se trata de salvar o ano letivo nem de pôr em marcha grandes epopeias. No que toca à escola, trata-se apenas de regressar à normalidade.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — A Mesa regista quatro inscrições para pedidos de esclarecimento à Sr.^a Deputada e está informada de que a Sr.^a Deputada responderá em blocos de dois.

Assim, o primeiro pedido de esclarecimento pertencerá ao PCP, pelo que tem a palavra a Sr.^a Deputada Diana Ferreira.

A Sr.^a **Diana Ferreira** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Joana Mortágua, gostaria de cumprimentar pelo tema que trouxe na declaração política que proferiu e de dizer que, se há algo que se evidencia da situação epidémica com a qual o País se viu confrontado e as consequências desta mesma situação nas escolas, são, efetivamente, as profundas consequências negativas no processo de ensino/aprendizagem das crianças e dos jovens e também a acentuação de muitas das desigualdades que já existiam e que foram profundamente agravadas com a realidade epidémica.

E um dos principais problemas que, efetivamente, enfrentamos hoje na escola pública, e a Sr.^a Deputada referiu-o também na intervenção que fez, tem a ver com a falta de professores nas escolas do nosso País, problema para o qual o PCP vem alertando há vários anos. Serão cerca de 30 000 os alunos que neste momento não têm todos os professores de todas as disciplinas e há um risco de aumento exponencial e significativo deste número se não forem tomadas medidas concretas e imediatas que respondam efetivamente a esta necessidade.

Muito se pode falar de planos de recuperação de aprendizagem que estes mesmos planos esbarram nesta realidade: não há novas aprendizagens nem recuperação de qualquer outro tipo de aprendizagem sem professores nas salas de aula, e isto significa, naturalmente, o prejuízo daqueles alunos, crianças e jovens, que têm estado sujeitos, ao longo destes últimos dois anos e meio, a uma realidade de instabilidade e de incerteza também no seu percurso letivo, com todas as consequências negativas que isso traz ao seu desenvolvimento individual e ao nosso desenvolvimento coletivo.

E é também evidente que esta falta de professores que hoje sentimos é inseparável de uma profunda desvalorização sociolaboral desta profissão, numa responsabilidade que é partilhada por sucessivos Governos, do PS e do PSD,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E o PCP não vota?!

A Sr.^a **Diana Ferreira** (PCP): — ... incluindo os últimos Governos do PS, que poderiam, aliás, ter resolvido esta situação — e o PCP apresentou várias propostas concretas para tal —, mas escolheram ignorar o problema e deixar que, efetivamente, esta situação se agravasse.

Para nós, é evidente que é inadiável a contratação de professores para suprir estas necessidades e, simultaneamente, valorizar a profissão docente; acabar com a precariedade que atinge mais de 20 000 professores; assegurar a sua vinculação nas escolas; criar incentivos à deslocação dos professores para as regiões mais carenciadas; resolver, inclusive, problemas que se arrastam há muito tempo...

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem de concluir.

A Sr.^a **Diana Ferreira** (PCP): — Mesmo para terminar, Sr. Presidente.

Como dizia, é inadiável a contratação de professores para resolver, inclusive, problemas que se arrastam há muito tempo, incluindo a progressão na carreira, a contagem do tempo de serviço, a reposição da carreira e a organização adequada do trabalho, além, naturalmente, do acesso à aposentação e da necessidade de se resolver este problema relativamente a muitos outros profissionais de educação que também faltam hoje na escola pública.

A escola pública é o espaço...

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem de terminar.

A Sr.^a **Diana Ferreira** (PCP): — Mesmo para terminar, Sr. Presidente.

A escola pública é o espaço onde todas as crianças, independentemente da sua origem económica, social ou cultural, podem e devem estudar e crescer juntas, nas escolas das suas comunidades.

E o que gostaríamos de saber é se o BE acompanha todas estas preocupações que o PCP aqui manifestou.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É uma cassete sempre igual!

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Cláudia André, do PSD.

A Sr.^a **Cláudia André** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o 3.^o período, efetivamente, encerra com dois anos de forte instabilidade, instabilidade para as escolas, que não advém apenas da pandemia, mas também da falta de professores.

É um 3.^o período em que os alunos irão continuar, certamente, a evidenciar dificuldades em acompanhar as aprendizagens esperadas e terão, também, bastante dificuldade em ter todos os seus professores. Como já aqui foi referido, serão cerca de 30 000 alunos que não conseguem ter todos os professores ainda, nos dias de hoje, quando estamos quase a concluir o ano letivo.

Muitos alunos, também, não conseguiram assistir presencialmente às suas aulas, uma vez que estão em isolamento profilático, e, mesmo assim, não o puderam fazer à distância.

Percebemos que o 3.^o período vai encerrar com alunos que não tiveram oportunidades de acesso aos apoios, porque o Governo não deixou as escolas contratarem mais professores para que os apoios pudessem ser atribuídos aos alunos e, por isso, percebemos que há alunos que não terão tido todos os apoios de que precisaram ou de que irão precisar.

Assim, conseguimos concluir que a função da escola, a grande e a maior função da escola e da educação no nosso País, que é a de oferecer as mesmas oportunidades a todos os alunos, não vai ser cumprida...

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Cláudia André** (PSD): — ... nem vai ter o fim sobre o qual todos nós, hoje, aqui estamos a debater e o fim para o qual todos aqueles que se encontram nas escolas têm trabalhado arduamente nos últimos anos, e não apenas nestes últimos dois anos.

Por isso, aquilo que perguntamos é o seguinte: considerando que o Bloco de Esquerda foi também responsável por alguns dos últimos anos de governação, qual é a posição do Bloco de Esquerda sobre o facto de a escola pública não estar a cumprir a sua obrigação de elevador social para todos os alunos portugueses?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Mortágua, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, queria agradecer as questões colocadas pela Sr.^a Deputada Diana Ferreira e pela Deputada Cláudia André.

Julgo que, por não terem referido a questão e as nossas preocupações relativamente à continuação do uso de máscaras na sala de aula, não tenham grandes objeções em relação a essas preocupações. Mas colocaram aqui questões muito pertinentes.

A falta de professores — e temos vindo a alertar — é não só um dos maiores desafios, mas o principal risco que a escola pública corre neste momento. A prazo, ela poderá ser considerada como uma tentativa deliberada de destruição da escola pública, e deliberada, porque ela tem uma origem. Sabemos qual é a origem, sabemos quando é que o número de professores na escola pública começou a descer drasticamente, conhecemos muito bem a herança do Governo do PSD e do CDS nessa matéria,...

Protestos do PSD.

... mas também é verdade que, nos anos que se seguiram, apesar de todos os alertas, sucessivos estudos prometidos acabaram por concluir sempre o mesmo, isto é, que faltavam professores nas escolas, mas sem chegarem a nenhuma conclusão sobre a forma de resolver este problema.

A Sr.^a Deputada Diana Ferreira mencionou aqui um conjunto de fatores que são aqueles que o Bloco de Esquerda defende e que são evidentes como solução para este problema, e alguns são estruturais e de longo prazo.

O problema dos 250 000 alunos sem professor — como indica a Pordata, e estima-se que metade dos alunos do 7.º ao 12.º ano não tenham os professores todos daqui a dois anos — não se vai resolver com as promessas de rever o sistema de formação inicial de professores. Nem mesmo a revisão do sistema de contratação, que já foi prometida, e tantas vezes foi aqui pedida pelo Bloco de Esquerda, vai resolver o problema.

O que poderia resolver o problema — como o Bloco de Esquerda já propôs tantas vezes, e também já foi aqui mencionado — era um sistema de apoio a professores deslocados. É que há professores em Portugal com habilitações. Eles existem, eles foram empurrados para fora do sistema por falta de condições e nessas condições incluem-se condições salariais, condições de carreira e condições de apoio às suas despesas de habitação e transportes. E, em relação a essas, o PSD nunca esteve aqui para contribuir com o seu voto, de cada vez que o Bloco de Esquerda tentou trazer soluções.

Protestos do PSD.

A última vez que aqui trouxemos um projeto de lei sobre apoio a professores deslocados, o PSD votou contra. Lembro-me de quando Nuno Crato dizia que havia professores a mais em Portugal. Achei, na altura, que seriam excessos «troiquistas» de que estaria imbuído o ex-Ministro da Educação. No entanto, ouvi o atual líder, ainda líder, do PSD, Rui Rio, dizer, muito depois disso, que havia professores a mais em Portugal. O problema é que o PSD tratou sempre os professores como se eles estivessem a mais e agora admira-se de que eles não estejam no sistema.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem de concluir.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Termina, Sr. Presidente.

Ora, sempre que quiser juntar o seu voto às soluções que o Bloco de Esquerda aqui traz, o seu voto será muito bem-vindo e assim, de certeza, conseguiremos melhorar a escola pública em Portugal.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Carla Castro, do Iniciativa Liberal, dispondo, no máximo, de 2 minutos.

A Sr.^a **Carla Castro** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, algo que nos preocupa neste 3.º período, efetivamente, e que partilhamos, é a persistência das máscaras em sala de aula. Portugal está, também neste tema, na cauda da Europa, e estamos a prejudicar gravemente o desenvolvimento das nossas crianças.

A escola é, assim, um espaço de crescimento, de desenvolvimento, de formação, de convívio social e estamos perfidamente — já aqui tivemos ocasião de o dizer — a destruir essa oportunidade. E, por isso, vimos com agrado que acolhe também essa nossa opinião.

Assim, perguntamos diretamente se, neste importante tema das máscaras, temos o vosso compromisso de votarem favoravelmente o projeto do fim da obrigatoriedade de máscaras, que agendaremos assim que possível para este Plenário.

Vozes do IL: — Muito bem!

A Sr.^a **Carla Castro** (IL): — Ouvi a Sr.^a Deputada dizer que não podemos ignorar a educação. Queria relembrar: fizeram parte de uma solução governativa que nivelou por baixo a educação...

Aplausos do IL.

... e que não teve o sentido de urgência de que a educação precisa em Portugal.

Sr.^a Deputada, perguntou também o que se passa nas nossas escolas. Posso ajudar a responder a isso, relembando, de novo, também, que fez parte de uma solução governativa de seis anos que deixou a escola, entre outras coisas, da seguinte forma: uma escola a agravar o fosso social e a não funcionar como mobilidade social, como deveria funcionar; uma escola sem liberdade de escolha para crianças e pais; professores com uma profissão pouco atrativa; alunos sem professores; alunos com máscaras, privados do seu desenvolvimento; e um plano de recuperação de aprendizagens por cumprir.

É este, Sr.^a Deputada, o «ignorância» da educação que este Governo e a vossa solução governativa deixaram.

Falou também de professores e a reforma não é uma surpresa, não é algo que tenha ocorrido de um dia para o outro. É uma reforma que já há muito se anunciava como necessária e em que foram incapazes de trazer soluções a esta Casa.

O Sr. **Presidente:** — Sr.^a Deputada, tem de concluir.

A Sr.^a **Carla Castro** (IL): — Termino, a fazer votos de que acompanhem futuras propostas nossas, as soluções efetivas para a contratação de docentes e para a resolução dos problemas nas escolas.

Queria, ainda, dizer que já aqui foi referido o exemplo do Colégio de Lamas. Srs. Deputados, os vossos preconceitos ideológicos já destruíram muitos futuros de muitas crianças em Portugal.

Aplausos do IL.

O Sr. **Presidente:** — Os próximos 2 minutos pertencem ao Sr. Deputado Porfírio Silva, para um pedido de esclarecimento, em nome do PS.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Joana Mortágua, queria começar por saudá-la por trazer os temas da educação, que são sempre temas relevantes, e queria, efetivamente, fazer-lhe perguntas.

Em primeiro lugar, quanto à questão do controlo da pandemia, das máscaras e das medidas que impendem sobre a escola, aqui, no Grupo Parlamentar do Partido Socialista, também tivemos sempre uma grande preocupação com os efeitos negativos que certas medidas de controlo da pandemia têm sobre a vida das pessoas, em particular sobre a vida dos mais novos e na escola, mas, sinceramente, tenho uma pergunta para lhe fazer.

É evidente que há um equilíbrio nem sempre fácil entre decisão política e decisão das autoridades sanitárias. E há um princípio, que tem sido adotado, que é o de haver aconselhamento técnico-científico do que pode ser feito e a política decidir tendo em conta essa base.

Para nós, aqui, nesta bancada, seria completamente estapafúrdio pensar que é o Parlamento que vai votar quando é que se usa máscara e quando é que não se usa máscara.

Aplausos do PS.

Não é o nosso entendimento da responsabilidade política.

Mas admito que a Sr.^a Deputada e o Bloco de Esquerda tenham uma ideia mais concreta sobre qual seria a regra que, em vossa opinião, deveria ser a base de deliberação para tomar essas decisões. É que é sempre fácil, quando estamos com máscara, dizermos que devemos tirar e, quando estamos sem máscara, dizermos que devemos pôr. E houve algumas forças políticas neste Parlamento que se comportaram assim durante toda a pandemia. Penso que o Bloco não se querará comportar assim e, portanto, a pergunta é: qual é o critério de decisão que o Bloco de Esquerda acha que deveria ser adotado?

Quanto à questão da falta de professores, todos sabemos que é um problema importante, mas tenho a impressão de que alguns acordaram tarde para esse problema.

Estamos na XV Legislatura e, no fim da XIII Legislatura, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propôs a esta Assembleia que pedisse um estudo ao Conselho Nacional de Educação sobre várias modalidades para responder a esse problema.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem de concluir.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Termine, Sr. Presidente.

O Bloco de Esquerda, o PCP e o PSD, aqueles que hoje falaram nessa questão, abstiveram-se. Aparentemente, já no fim da XIII Legislatura tínhamos consciência do problema, mas parece que outros achavam que não valia a pena, que podiam lavar as mãos e abster-se.

Como, entretanto, muita coisa mudou, fizeram-se estudos, começou a falar-se com os parceiros, na Legislatura anterior, a minha pergunta, Sr.^a Deputada, é esta: leu as propostas que estão contidas no Programa do Governo para enfrentar esta matéria?

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Quais propostas?!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Se leu, pode dizer com quais é que está de acordo? Pode dizer com quais é que está em desacordo, para sabermos se temos uma base para irmos, todos em conjunto, tratar desta questão?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Mortágua, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Porfírio Silva, li, com certeza, mas há um problema: já as li vezes demais! Li no Programa do Governo, li no programa eleitoral, li no Programa do Governo anterior, li em vários relatórios do Estado. Portanto, o problema é que tenho lido várias propostas, desde há muitos anos, que nunca se concretizam. Além disso, elas têm um problema: são propostas que prometem uma solução a longo prazo e têm zero respostas a curto prazo, têm zero respostas que possam servir para o 3.^o período deste ano, para o 1.^o período do próximo ano, para o 2.^o período do próximo ano. Zero respostas.

Relativamente às máscaras, queria dizer-lhe, Sr. Deputado, que durante muito tempo houve um critério científico, que também tinha por primado o critério da cautela, que tinha a ver com o número de internados nos cuidados intensivos. Entretanto, alterou-se o critério, não sabemos exatamente como é que se prevê o critério até ao final do 3.^o período e se ele tem de ser adaptado às circunstâncias a qualquer momento.

O que lhe posso esclarecer, em relação a isso, é que o critério do Bloco de Esquerda é o mesmo critério dos diretores, que consideram que as máscaras estão a mais na comunicação entre os professores e os alunos e que devem ser evitadas a todo o custo. Portanto, o critério do Bloco de Esquerda, repito, é o mesmo dos diretores.

Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.

Sr.^a Deputada Carla Castro, relativamente à falta de professores, gostaria de lhe dizer o seguinte: entre o envelhecimento da classe docente, a desvalorização dos professores e a precariedade a que estão submetidos, o Bloco de Esquerda apresentou aqui muitas propostas para resolver o problema, nunca vimos que o Iniciativa Liberal estivesse empenhado em mais do que promover um mercado de educação.

O Sr. Deputado Guimarães Pinto veio aqui fazer um lamento por ter sido obrigado a andar na escola pública.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Não, não!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Eu, durante todo o meu período da escolaridade obrigatória, fiz um lamento porque andei numa escola com contrato de associação e tudo o que eu queria era andar na escola pública, mas a escola pública não existia. Quando finalmente se construiu a escola pública, o Estado chegou, e bem, à conclusão de que não podia pagar a existência de uma escola privada e de uma escola pública em que os alunos poderiam...

Protestos do IL.

Se me deixarem terminar... Como dizia, quando finalmente se construiu a escola pública, o Estado chegou à conclusão de que não podia pagar a existência de uma escola privada e de uma escola pública em que os alunos poderiam escolher para onde iam. E sabe qual é o problema? O problema da concorrência na educação é que muito depressa se transforma a liberdade de escolha do aluno em liberdade de escolha da escola. Quando há um mercado de concorrência na educação, o que acaba por acontecer é que é a escola a escolher os alunos e não o contrário, porque é assim que o mercado funciona, o mercado cria desigualdades.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Pergunte aos alunos se assim estão melhor?!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Deputada Carla Castro, em relação às máscaras, e como última nota, gostaria de dizer o seguinte: agora, estamos de acordo, sim, mas não fazemos disso um arraial, muito menos um arraial liberal.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, em nome do PAN, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Nos últimos dias, por força do canal de denúncias criado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, vieram a público situações de assédio e discriminação com que se deparam, ainda, os alunos — em especial as alunas — do ensino superior em Portugal. Ouvimos que são comuns frases como «dez minutos comigo faziam milagres pela sua nota» ou «com jeitinho, passavas; os alunos também têm de mimar os professores, se é que me entendes».

Mais: ouvimos, também, repreensões e discriminações absolutamente inqualificáveis como «você tem cara de paragem cerebral» ou, até, «não sabem a resposta, seus pés de chinelo?!».

A impunidade não pode continuar a reinar no nosso País e aqueles que ousam denunciar comportamentos como estes não podem também ser discriminados e prejudicados seja por via das notas, seja por via da atribuição de bolsas de estudo, que, inclusivamente, com estas denúncias lhes foram negadas. Assim também se destroem sonhos de uma vida e a própria confiança e autoestima de alunos e alunas.

Estes relatos e estas frases demonstram, contudo, algo que, infelizmente, não nos surpreende: a existência sistemática, estrutural e normalizada de assédio sexual e moral, num Portugal ainda tão dominado pelo patriarcado. Desta feita foi no ensino superior, mas estas histórias que foram relatadas, ao longo destes dias,

poderiam ter ocorrido num qualquer local de trabalho, na rua, numa rede social ou, tão-somente, em qualquer contexto que qualquer uma ou qualquer um de nós também frequenta.

Desde cedo, as mulheres são ensinadas a perceberem e a aceitar o assédio como um elogio, uma brincadeira inofensiva, à qual se deve responder com simpatia, mesmo quando esboça desconforto, insegurança, medo e ansiedade, seja o medo de ser agredida, o medo de perder o trabalho ou até mesmo o medo de chumbar, em contexto educativo.

O mais recente relatório que nos foi apresentado pelo Fundo de População das Nações Unidas, em 2021, deu-nos nota de que quase metade, repito, quase metade das mulheres dos 57 países inquiridos não têm o poder e a capacidade de decidir sobre o seu próprio corpo, têm receio da violência ou têm alguém que decide por si.

Um debate sério sobre assédio sexual faz-se com a desconstrução de normalizações do assédio e da própria violência sexual, de representações que não são reais; faz-se abandonando, inclusivamente, a figura aceite de «macho latino» ou daqueles que acham que o lugar da mulher é em casa; faz-se abandonando a desculpabilização dos impulsos sexuais como reações normais à forma como uma mulher se apresenta. Faz-se, isso, sim, independentemente da roupa usada, da maquilhagem, do lugar, da nacionalidade, da profissão ou, tão importante quanto isso, independentemente de quem seja o agressor.

A resposta à violência sexual nunca pode passar pela continuidade da normalização social ou escrutínio absoluto da vítima, como temos assistido até em algumas sentenças bem recentes, mas pela previsão do crime e pela sua efetiva condenação. E a prevenção não se faz, também, pela culpabilização, pela limitação e opressão das mulheres, mas pela formação nas escolas e nos contextos laborais, também dirigida aos órgãos de polícia criminal, aos magistrados judiciais e ao Ministério Público e pela implementação de códigos de conduta. Isto, porque a sociedade não pode nem deve aguentar mais uma justiça misógina, marcada pelo machismo tóxico, que desculpabiliza o agressor sistematicamente e responsabiliza a vítima pela violência que sofreu, porque afinal fomos sempre nós que usámos o decote ou que saímos com aquela minissaia.

Não nos podemos esquecer, também, que se trata da violação de direitos fundamentais da vítima e, sim, de direitos fundamentais de todas nós, mulheres, e de uma amplitude que abarcam desde o direito à integridade até ao direito ao próprio trabalho. É um crime que condiciona o acesso ao emprego, à manutenção do emprego, a promoções profissionais, e cria um ambiente de trabalho hostil e intimidatório ao qual dificilmente se resiste. E, quando este crime é praticado no local de trabalho, quando a vítima vive dependente, para a sua sobrevivência económica e da sua própria família, bem sabemos que, muitas vezes, não se defende nem apresenta, sequer, a tão devida queixa.

Não podemos ignorar, por isso, que este é um grave problema social com elevados danos na vida da esfera da vítima, nomeadamente danos psíquicos, económicos e sociais. As consequências que são frequentemente mencionadas pelas vítimas, principalmente em casos continuados, são depressão, ansiedade, redução da produtividade no trabalho, insónias, entre tantas outras sequelas que são deixadas para a vida.

Apesar de tudo isto, o assédio sexual não tem previsão autónoma no Código Penal português. Prevê-se, no entanto, um eufemismo: a importunação sexual. Esta figura é revestida, ela própria, de conceitos demasiado amplos, indeterminados e de natureza e gravidades tão diversos. Aliás, é, presentemente, a norma jurídica que quase sempre é utilizada quando se fala de assédio sexual, e tal não é suficiente.

Senão, vejamos, Sr.^{as} e Srs. Deputados: nos últimos cinco anos, o Ministério Público instaurou mais de 4000 inquéritos pelo crime de importunação sexual, que abrange os casos de assédio sexual e atos exibicionistas, mas destes mais de 4000 inquéritos resultaram, apenas, repito, apenas 515 acusações, ou seja, as acusações rondam somente 10% do total de processos instaurados. Enquanto legisladores, não podemos ficar indiferentes a esta realidade.

Por isso mesmo, o PAN deu entrada de uma iniciativa que propõe a autonomização e a previsão do crime de assédio sexual, à semelhança do que acontece noutros países, como a França e a Espanha, pretendendo também alargar e agravar o crime de assédio sexual, quando o mesmo ocorra nas relações laborais, docentes ou de prestação de serviços, não se limitando, evidentemente, o assédio sexual no trabalho à existência ou não de um contrato de trabalho ou de subordinação jurídica.

Além disso, o PAN propõe, também, que o Governo aposte seriamente na criação de canais abertos, como aconteceu na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, para a denúncia de comportamentos de assédio,

discriminação e *bullying* em estabelecimentos de ensino e nos locais de trabalho e que seja obrigatória a implementação de códigos de conduta de prevenção e combate ao assédio sexual.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: Ninguém deve ser obrigado a viver com receio e ansiedade, a deixar o seu trabalho ou a desistir do curso da sua vida e dos seus sonhos. O assédio sexual é algo que tem de deixar de fazer parte do quotidiano das meninas e mulheres. Mais...

O Sr. **Presidente**: — Tem de concluir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Estou mesmo a concluir, Sr. Presidente.

Mais: temos de garantir que combatemos todas as formas de violência, em particular a violência sexual, e o respeito por uma regra tão simples e basilar: «é o meu corpo, são as minhas regras!»

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, inscreveram-se três Srs. Deputados para pedidos de esclarecimento. Como pretende responder?

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Responderei em bloco, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, Sr.^a Deputada.

O primeiro pedido de esclarecimento pertence à Sr.^a Deputada Alma Rivera, do PCP.

Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Alma Rivera** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, começo por cumprimentar a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real por ter trazido a debate este tema de enorme atualidade, pelas piores razões, mas de enorme atualidade.

Sobre isto, há dois aspetos que gostaríamos de abordar e de a questionar, no sentido de saber o seu entendimento.

Por um lado, a ideia de que é preciso garantir, seja onde for, que aquilo que cabe à justiça tem de ser tratado pela justiça e, portanto, se estamos perante crimes, e não falamos só de crimes de assédio sexual, falamos também de racismo, de xenofobia, de várias formas de discriminação e importunação, esses casos têm de ter o tratamento que os crimes devem ter, isto é, o tratamento adequado face à gravidade dos mesmos.

Por outro lado, há aqui uma componente, além, naturalmente, da componente disciplinar das próprias instituições, que tem de estar oleada o suficiente para funcionar e para que estes casos não se repitam com o silenciamento, que é a componente de as próprias instituições garantirem, por um lado, quando se trata de ensino, uma avaliação transparente, com critérios objetivos e fiáveis, para que haja confiança, e, por outro, serviços de apoio aos estudantes.

Recordo que, na Universidade de Lisboa, a primeira consulta de psicologia demora quase dois anos a ser marcada, o que retira capacidade às vítimas não só de denúncia, mas, depois, também, de fazer o seu processo terapêutico e de recuperação.

Para terminar, Sr.^a Deputada, e de uma forma mais geral, sobre as violências que são cometidas sobre as mulheres, e a violência sexual em particular, sabemos que há fatores que o determinam. Portanto, é absolutamente imprescindível que se tenha uma política de promoção da autodeterminação das mulheres, a partir da promoção e da concretização real dos seus direitos. Mas é preciso haver, também, de facto, um combate às representações erradas sobre as mulheres...

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem de fazer o favor de concluir.

A Sr.^a **Alma Rivera** (PCP): — Mesmo para terminar, queria perguntar se está de acordo connosco, no sentido de que é preciso haver um reforço dos órgãos de polícia criminal, da justiça e dos mecanismos de apoio à vítima.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Inscreveram-se mais dois Srs. Deputados para pedidos de esclarecimento, pelo que, no seu conjunto, são cinco, e a Mesa foi informada de que a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real responderá a dois blocos, um de três e outro de dois.

Peço a todos a máxima contenção, dentro do tempo regimentalmente atribuído, e dou a palavra para pedir esclarecimentos, em nome do Chega, à Sr.^a Deputada Rita Matias.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, antes de mais, agradeço por ter trazido este tema tão importante.

De facto, de acordo com a ONU (Organização das Nações Unidas), uma em cada três mulheres no mundo sofre violência sexual ou física, sendo o assédio uma dessas formas de violência. É também a forma mais comum de violação de direitos humanos, mas a menos denunciada. Da nossa parte, é um crime que merece todo o repúdio e condenação.

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — E, porque falamos de mulheres e o fazemos pela primeira vez, aqui, nesta Câmara e nesta Legislatura, permitam-me reforçar a confiança dos portugueses e dizer que se, antes, podiam contar com André Ventura, agora, poderão contar com mais 11 Deputados, que não farão das mulheres meros objetos, à semelhança de outras forças políticas aqui sentadas,...

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — ... que se assumem como defensoras das mulheres, mas olham-nas apenas quando dá jeito e segundo as suas lentes ideológicas limitadoras e, em alguns casos, perversas.

Aplausos do CH.

O Chega tem, desde sempre, pugnado por uma maior proteção das vítimas de crimes sexuais e, inclusivamente, já nesta Legislatura, demos entrada de iniciativas relativas à violência doméstica, sendo esta, claramente, uma das nossas prioridades.

Antes de colocar a minha questão, dizia-lhe, a título de exemplo, que, na Legislatura passada, o Chega propôs o agravamento de molduras penais para crimes de violação e contra a liberdade sexual. Qual foi o posicionamento do PAN? A abstenção!

Vozes do CH: — Ah!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — É por isso que aquilo que os portugueses, hoje, querem perceber, aqui, nesta Câmara, é o que é que podem, efetivamente, esperar do PAN, qual será a posição que irá adotar. Irá perpetuar os cordões sanitários ao Chega, à semelhança da extrema-esquerda, neste Parlamento, ou terá coragem de acompanhar o Chega nas suas propostas que visam, efetivamente, a proteção das vítimas e não dos agressores?!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, em nome do BE, tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Mortágua, dispondo, no máximo, de 2 minutos.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, esta matéria é da maior importância e chegou à atualidade e às notícias, devido ao caso da Faculdade de Direito.

Desde já, digo-lhe que o Bloco de Esquerda está disponível para trabalhar naquilo que venha a ser um canal único para denúncias de todos os tipos de assédio nas instituições de ensino em Portugal, denúncias que, muitas

vezes, são difíceis de fazer dentro da instituição, por diversos constrangimentos, mas que, se houver um canal institucional único, serão feitas.

Estamos, também, disponíveis para levar mais longe o alargamento do crime de importunação sexual, aproximando-o da definição da Convenção de Istambul para o assédio sexual, e para prever na lei a punição destes crimes, que devem ser reconhecidos enquanto crimes.

Sabemos, no entanto, que há um problema na sociedade, relacionado com a impunidade destes crimes, que é a legitimação social dos mesmos. Ou seja, muitas vezes, a justificação do assédio, a justificação da violência, a justificação do preconceito de género prendem-se com as visões que se têm das mulheres. Aquilo que as mulheres fizeram ou deixaram de fazer serve para justificar o assédio, para justificar a violação, como aconteceu, ainda recentemente, num acórdão do Tribunal da Relação do Porto, que disse que, por um casal não ter sexo, justificava-se a violência sexual dentro do casamento e a violência doméstica.

Essa legitimação é, sim, determinada por certas visões das mulheres e reproduzida pelas suas formas de estar. Não esqueço o comentário do Sr. Deputado André Ventura sobre o batom vermelho de Marisa Matias. Não esqueço!

Aplausos do BE.

Vozes do CH: — Oh!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — E também não esqueço como esse tipo de comentários ajudou, muitas vezes, a reproduzir o preconceito e a violência de género contra as mulheres, em detrimento da sua emancipação e do seu empoderamento.

Protestos do CH.

Por isso, sim, continuaremos, com muito gosto, a usar batom vermelho.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, dispondo, no máximo, de 3 minutos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, desde já, agradeço às Sr.^{as} Deputadas Alma Rivera, Rita Martins...

Vozes do CH: — Matias!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Peço desculpa, Matias.

Como estava a dizer, agradeço às Sr.^{as} Deputadas Alma Rivera, Rita Matias e Joana Mortágua as questões levantadas.

Desde logo, Sr.^a Deputada Alma Rivera, o PAN acompanha inteiramente a necessidade de reforço dos órgãos de polícia criminal e, também, dos meios da justiça, para que, efetivamente, se aplique a lei em tempo útil. A delonga dos processos obstaculiza a que a justiça seja feita.

Digo mais: já apresentámos várias iniciativas para o reforço das casas de abrigo, como as casas Júlia e Maria, que existem no distrito de Lisboa. Sabemos que a iniciativa está a ser alargada, por exemplo, ao distrito do Porto, mas isto é insuficiente para cobrir todo o território nacional, em particular onde há mais cifras negras, como é o caso da Região Autónoma dos Açores.

Por outro lado, Sr.^a Deputada Rita Matias, não posso deixar de lhe dizer que, evidentemente, o PAN acompanha toda e qualquer iniciativa que vise um avanço efetivo nos direitos das mulheres.

O PAN também apresentou uma proposta. A Sr.^a Deputada não estava na passada Legislatura, por isso, provavelmente, não terá conhecimento da diferença entre a proposta do Chega e a proposta do PAN, que, no nosso entender, acompanhava efetivamente aquilo que a própria APAV (Associação Portuguesa de Apoio à

Vítima) vinha a reivindicar sobre os direitos das mulheres, algo que a proposta do Chega não continha. Daí nos termos abstermo e termos apresentado a nossa própria proposta.

Mas não posso deixar de lhe dizer, Sr.^a Deputada, que imagino, então, que o seu partido, o partido que representa e que tem homens que defendem que as mulheres devem estar em casa a lavar meias...

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Pois é!...

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... e não na vida pública e na vida política, tenha ultrapassado essa questão.

Protestos do CH.

É que nós, no PAN, somos coerentes e defendemos integralmente o direito de todas as mulheres, sem qualquer tipo de discriminação.

Sr.^a Deputada Joana Mortágua, não posso deixar de referir que, evidentemente, não só por causa do acórdão do Tribunal da Relação do Porto — que merece o nosso maior repúdio e que, mais uma vez, vem sinalizar a perpetuação de uma justiça machista e claramente misógina —, a nossa iniciativa tem a proposta de que haja mais formação não só para os órgãos de polícia criminal, mas também para os magistrados, porque, efetivamente, reside aí a chave daquela que pode vir a ser a prevenção deste tipo de crimes.

Se, por um lado, precisamos de alterar a legislação e garantir que temos um quadro claro, sem incertezas, como o é, atualmente, o quadro da importunação sexual, precisamos de garantir, acima de tudo, o combate a montante da perpetuação da violência contra mulheres, sob pena de estarmos reiteradamente a perder uma batalha que marca o género feminino e que tem tardado, evidentemente, a ser resolvida.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, ainda tem dois pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra, para o efeito, por um máximo de 2 minutos, a Sr.^a Deputada do Partido Socialista Cláudia Santos.

A Sr.^a **Cláudia Santos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, acompanhamos, naturalmente, o PAN no reconhecimento da relevância deste assunto, o assédio sexual, mas é praticamente só nisso que acompanhamos o PAN.

Partilhamos a preocupação com aquilo a que, na criminologia, se chama o «paradoxo nórdico». Ou seja, durante muitos anos, acreditou-se que a evolução das nossas sociedades, em matéria de igualdade, contribuiria, por si só, para baixar significativamente a violência de género e os crimes contra as mulheres. Lamentavelmente, hoje em dia, todos sabemos que não é assim.

Portanto, estamos absolutamente cientes de que é preciso tomar medidas novas para prevenir e reprimir a violência de género, nomeadamente os crimes sexuais.

Todavia, quando olhamos para a iniciativa legislativa que já deu entrada nesta Assembleia, o projeto de lei do PAN, verificamos que as respostas que apresenta são mais do mesmo, ou seja, pretende-se criminalizar aquilo que já é crime e pretende-se que estes crimes passem a ter natureza pública, o que é um outro paradoxo, porque um crime público é um crime em que o processo criminal prescinde da vontade da vítima para a sua existência. Portanto, parece-nos irrazoável que se pretenda proteger vítimas de crimes sexuais, impondo-lhes um processo penal que não desejam.

Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.

Apesar de reconhecer que, neste projeto de lei, também se prevê uma possibilidade de válvula de segurança de amputação do processo criminal, que discutiremos em sede de especialidade, ainda assim, a pergunta que lhe quero deixar, Sr.^a Deputada, é muito singela e é esta: estará o PAN disponível para a consideração de respostas novas, para que não seja forçado a reconhecer, em breve, que, como cantou Chico Buarque, «o tempo passou na janela e só Carolina não viu»?

É esta a minha pergunta.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra, por um máximo de 2 minutos, a Sr.^a Deputada Emília Cerqueira, do PSD.

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, saúdo-a por trazer este tema, porque é, de facto, importante, pertinente, e tem entrado pelas nossas casas dentro diariamente, nomeadamente por causa da questão da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Mas a questão da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa tem de ser uma chamada de atenção para uma situação mais transversal, que acontece em todo o País.

As questões de género, de assédio, nas suas várias vertentes, são questões que o PSD nunca desvalorizou e de que não se lembrou só hoje. Temos feito um grande trabalho nesta área.

Tenho, também, de confessar que, chegados a este ponto, as nossas concordâncias praticamente terminam e começa uma discussão que se vai repetindo, já desde a anterior Legislatura, que é a da obsessão do PAN em transformar os crimes pessoais em crimes públicos, não se respeitando a vontade, a dignidade e a proteção da própria vítima, quando ela entende que não deve ser exposta a um processo-crime. Esta é uma discussão que vamos tendo vezes sem conta e nunca chegámos a um entendimento nesta matéria.

Tem de haver, de facto, um equilíbrio de direitos. Para o PSD, esse equilíbrio é muito importante e o PAN, mais uma vez, não tem em conta esse equilíbrio.

Quanto à questão da Convenção de Istambul, Sr.^a Deputada, queria só lembrar-lhe, caso não tenha memória, que, em 2015, se fez precisamente a alteração ao Código Penal, de forma a que as normas relativas à Convenção de Istambul passassem, de facto, para o ordenamento jurídico nacional. Assim, passámos a ter uma lei penal que veio prever as situações de assédio nas suas várias vertentes.

Para o PSD, também é muito importante relembrar-lhe uma pequena questão, que é a seguinte: é necessário que haja estabilidade nos ordenamentos jurídicos e que as leis possam fazer o seu caminho, para que, assim, se façam as alterações necessárias.

O PAN vem sempre, à boleia de qualquer momento público, fazer grandes alterações legais, não permitindo nem tendo em conta aquela que é a *ultima ratio* do sistema jurídico-penal.

Vou já terminar, Sr. Presidente, deixando apenas uma pergunta, que se prende com o seguinte: gostávamos de saber se o PAN, ao invés de apresentar, constantemente, propostas, como nos tem vindo a habituar ao longo dos anos, repetindo-as, independentemente dos resultados, estará, assim como o PSD, preocupado em que se façam campanhas e se criem meios para que o abuso sexual e o assédio sejam efetivamente combatidos, com meios, com políticas, com campanhas e com sensibilização.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, por um máximo de 3 minutos, tem a palavra, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, agradeço às Sr.^{as} Deputadas Cláudia Santos e Emília Cerqueira as questões, pese embora diverjamos claramente na solução.

Sr.^a Deputada Cláudia Santos, acho que há, de facto, uma divergência na nossa visão. É que a Sr.^a Deputada traz uma visão marcadamente conservadora quanto à alteração ao Código Penal, que não consigo compreender.

Suponho que tenha lido integralmente as propostas apresentadas pelo PAN: além da dificuldade de aplicabilidade do conceito de «importunação sexual» — que imagino que também a preocupe do ponto de vista técnico-jurídico e não apenas político —, conforme tive oportunidade de referir, foram mais de 4000 queixas feitas junto do Ministério Público e, no entanto, apenas 500 tiveram qualquer tipo de acusação.

Portanto, há, de facto, um défice de aplicabilidade desta norma e acho que cabe ao legislador fazer esta reflexão, abrindo-se o debate para que, em sede de especialidade, se possa encontrar um caminho, debatendo, inclusive, a questão de o crime ser público, porque, como teve oportunidade de referir, existe uma norma-travão

para que, efetivamente, possa ser retirada a ação, e estamos a falar, evidentemente, de um núcleo muito particular de denúncias.

Aquilo que lhe pergunto, Sr.^a Deputada, é de que lado está, afinal: se está do lado das vítimas ou se vamos continuar a perpetuar uma lei ineficaz, porque, se o debate não for feito, claramente, é o que vamos estar a fazer.

A Sr.^a Deputada escusa de abanar negativamente a cabeça. Sugiro-lhe que vá ouvir as vítimas, que vá perguntar às pessoas que são objeto deste tipo de assédio ou de crimes sexuais, inclusive, sobre o que diz respeito à prescrição. É que o PS também tem mostrado resistências quanto ao alargamento dos prazos de prescrição, quando todos bem sabemos que as vítimas têm inúmeras resistências em apresentar a denúncia, pelos traumas que este tipo de crimes, muitas vezes, acarretam.

Portanto, há um debate que tem de ser feito de forma séria e que não se prende com chavões, mais uma vez, de vir dizer que o PAN repete iniciativas ou nem sequer está a fazer um esforço para que este assunto seja debatido de forma séria e para que sejam encontradas soluções, porque estamos. Digo mais: sempre estivemos disponíveis para pontes de diálogo que assim o permitissem.

Sr.^a Deputada Emília Cerqueira, presumo que tenha lido as iniciativas.

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Sim, sim!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — É que as campanhas de sensibilização estão lá. Portanto, vir perguntar se o PAN está disponível para esse caminho, a resposta é óbvia: já lá está previsto.

Em relação à própria iniciativa ou ao momento público, Sr.^a Deputada, decida-se, porque, das duas, uma: ou nos acusa de estarmos a vir atrás do momento ou nos acusa de estarmos a repetir uma iniciativa que já trouxemos no passado e que uma legislatura, que foi, inclusivamente, interrompida, não nos deu oportunidade de resolver de forma séria.

Recordo aquilo que estamos a debater, Sr.^a Deputada: estamos a debater o assédio sexual, a violência sexual contra as mulheres. Se isso não deve exigir, de todas as forças políticas, incluindo do PSD, um esforço para apresentar soluções, convidou-a a apresentar iniciativas, porque o PAN já o fez.

Entretanto, reassumiu a presidência a Vice-Presidente Edite Estrela.

A Sr.^a **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr.^a Presidente em exercício, Caros e Caras Colegas: A invasão russa da Ucrânia agravou o aumento dos preços do petróleo, do gás natural e do carvão, e levou a um aumento das importações de combustíveis fósseis, com consequências diretas para os consumidores.

A Rússia fornece cerca de 40% do gás natural consumido na Europa e é o maior exportador de petróleo para os mercados globais, cerca de 60% do qual é importado pela Europa.

A principal fonte de financiamento da Rússia para a invasão e a guerra na Ucrânia é a exportação de combustíveis fósseis, facilitada pela dependência que os países europeus mantêm, que deixaram que se criasse e que, agora, tarde e a más horas, tentam que termine, em relação à energia russa.

Estima-se que a Europa importe, em média, 650 milhões de euros de combustíveis fósseis por dia, desde a invasão russa à Ucrânia. Ou seja, por dia, a União Europeia financia, direta e indiretamente, a Rússia de Putin e o seu esforço de guerra mais do que aquilo que, até agora, prometeu ou transferiu para a Ucrânia, desde o início desta guerra, para esforços seja de estabilidade macroeconómica, seja de reconstrução ou de emergência humanitária.

Os principais exportadores de petróleo, aliás, são, todos eles, autocracias, das quais as democracias não podem depender ou ficar reféns.

A Agência Internacional de Energia estima que o custo de produtos petrolíferos para os agregados familiares subiu, em janeiro e fevereiro deste ano, 35% nas economias desenvolvidas e mais de 55% para os agregados familiares dos países em desenvolvimento. Em Portugal, os combustíveis fósseis representam 76% da energia total consumida para transformação ou uso direto.

Apesar dos incentivos à compra de veículos elétricos, 94% do transporte rodoviário em Portugal utiliza combustíveis fósseis e a nossa dependência externa da energia é de cerca de 74%, um dos valores mais altos entre os países que pertencem à Agência Internacional de Energia.

Tudo isto quer dizer uma coisa muito simples, porque poderíamos continuar a citar dados e estatísticas: é que não precisamos só de «desmamar» a economia europeia do petróleo, do gás e do carvão russos, precisamos de reduzir a dependência de combustíveis fósseis na Europa — ponto!

Evidentemente, temos problemas com causas diferentes que levam a diagnósticos diferentes sobre desigualdades sociais, por exemplo, sobre a construção da habitação em Portugal ou sobre a mobilidade, o que tem também prognósticos diferentes, mas raras vezes como agora, com a crise ecológica, que já vivíamos, a crise económica, que se agrava agora com a subida da inflação, e a crise causada pela guerra no continente europeu, fomos colocados perante uma situação em que podemos agir e, de uma vez só, tentar resolver vários destes problemas.

Foi por isso que, logo no primeiro dia de trabalho neste Parlamento, o Livre apresentou o Programa 3C — Casa, conforto e clima, um plano de investimentos públicos para aumentar o conforto térmico nas nossas casas, aumentar a dignidade com que aí vivemos, ajudar a baixar a fatura da energia e também, evidentemente, ajudar a salvar o planeta. Mas a tudo isto se agrega agora um outro sentido, o de aumentar a soberania e a autonomia energéticas da Europa.

Propomos também que seja criado um sistema de transporte escolar, porque sabemos que o transporte em automóvel privado para as escolas é uma das razões que levam muitas famílias a usar o carro individual, todos os dias. Portugal precisa de investir e queremos que, neste Orçamento do Estado, o esforço que foi feito para a redução de tarifários através do PART (Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos) seja também feito no apoio a municípios, comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas para a compra de veículos elétricos destinados ao transporte escolar, de cidadãos seniores e de cidadãos com mobilidade reduzida.

Cada painel solar, cada autocarro elétrico, cada isolamento das nossas casas é, não só, uma vida mais prática e com maior qualidade, mas também mais soberania energética.

Daqui a pouco, caros Colegas, discutiremos a situação na Ucrânia e todos condenaremos a guerra, mas temos de nos perguntar como é possível, na União Europeia, condenarmos a guerra da Rússia de Putin na Ucrânia e, ao mesmo tempo, estarmos a financiá-la. Esse é o grande dilema moral — o mais duro de todos! — com que nos confrontamos.

Por isso, no período que me resta, quero chamar a vossa atenção para uma proposta que o Livre apresentou, hoje mesmo, nesta Assembleia. Trata-se de penhorar os pagamentos por combustíveis fósseis à Rússia de Putin, fazendo-os através de uma conta fiduciária num Estado terceiro, sendo que esses pagamentos só seriam libertados perante o cumprimento de determinadas condições políticas, como, por exemplo, o recuo das tropas russas ou um acordo de paz com a Ucrânia. E, por cada dia de incumprimento dessas condições políticas, que um percentual crescente dos fundos nessa conta fiduciária — criada junto de um Estado terceiro, que não seja da União Europeia nem da NATO, como por exemplo a Suíça — seja redirecionado para um fundo de reconstrução da Ucrânia a título de reparações de guerra.

Esta proposta não foi até agora apresentada em nenhum Parlamento da União da Europeia e, caros e caros Colegas, se a Assembleia da República mandar o nosso Governo para a apresentar no Conselho Europeu, Portugal estará a dar um grande passo, não só, para ajudar a cumprir os nossos objetivos de luta contra as alterações climáticas, através das propostas que o Livre apresentou, e para aumentar a soberania energética europeia, mas também para garantir: que não estejamos a financiar a guerra de Putin; que a Europa continue a cumprir com as suas obrigações em termos de pagamentos; e, caso esta guerra continue, que o dinheiro que agora se paga por combustíveis fósseis russos passe a ir para um fundo de reconstrução, a título de reparações de guerra, para que não continuemos a dar muito mais dinheiro ao perpetrador desta guerra do que à sua vítima.

A Sr.^a **Presidente** (Edite Estrela): — A Mesa regista quatro pedidos de esclarecimento, Sr. Deputado. Como deseja responder?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Dois a dois, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Edite Estrela): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada única representante do PAN, Inês de Sousa Real.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado, quero desde já agradecer-lhe por trazer um tema tão importante e da maior atualidade a esta Assembleia.

A luta pela soberania energética é, por um lado, estrutural e, por outro lado, como bem referiu, a resposta à necessidade de deixar de alimentar, do ponto de vista financeiro, Putin e uma guerra provocada pelo seu Governo. Até porque a chave para a solução deste problema poderá não estar apenas na questão desta guerra, mas em algo não menos relevante, como é o combate à pobreza energética, que afeta mais de 2 milhões de pessoas no nosso País, as quais passam frio nas suas casas por não terem capacidade para as aquecer.

De facto, não há soberania energética sem o processo de descarbonização. Ele é essencial para combatermos as alterações climáticas, mas também para mitigarmos as desigualdades sociais e estruturais que persistem no País. No entender do PAN, não podemos ter retrocessos climáticos perante o momento que vivemos, antes, achamos que estes devem ser aliados na aceleração de um processo de transição energética e de diversificação das próprias fontes de energia.

A Sr.^a **Presidente** (Edite Estrela): — Peço-lhe que conclua, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Vou mesmo concluir, Sr.^a Presidente.

Nesse sentido, tendo em conta que, a este tempo, podemos promover e desenvolver as comunidades de energia renovável, bem como a produção de energia em edifícios públicos, e melhorar a eficiência energética das habitações na transposição da própria diretiva das energias renováveis, a pergunta que lhe coloco, Sr. Deputado, é no sentido de saber se está, ou não, disponível para acompanhar a melhoria do Vale Eficiência — que neste momento mais valia chamar-se «vale ineficiência», tendo em conta as burocracias que obstaculizam a que as pessoas tenham acesso a ele.

A Sr.^a **Presidente** (Edite Estrela): — Para formular um pedido de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Pires, do Grupo Parlamentar do PS.

O Sr. **Hugo Pires** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Tavares, peço-lhe desculpa por estar de costas para si e saúdo-o pelo tema que trouxe.

Sim, este ato bárbaro da Rússia pôs a nu a dependência energética de muitos países da Europa relativamente àquele país. Felizmente, Portugal é dos países com menor dependência energética relativamente à Rússia, por duas razões muito simples: primeiro, pela questão geográfica e, segundo, porque Portugal tem também apostado na transição energética e nos seus recursos naturais, produzindo já cerca de 60% da sua eletricidade através de fontes renováveis.

Esse é um trabalho que se deve aos Governos do Partido Socialista, que foram os primeiros a assumir, a nível mundial, o compromisso para a neutralidade carbónica e que têm apostado desde então numa política ambiental de combate às alterações climáticas, prosseguindo para a neutralidade carbónica.

Sim, temos de apostar na transição energética e nos nossos recursos naturais, temos de assegurar as nossas segurança e autonomia energéticas e, dessa maneira, contribuir também para a descarbonização da nossa sociedade.

Quero lembrar que os Governos do Partido Socialista têm implementado várias medidas, como, por exemplo, o PART, nos passes sociais, uma medida absolutamente extraordinária que reduziu as emissões de carbono e aliviou os orçamentos das famílias. Mas relembro também que o Partido Social Democrata e a direita votaram contra essa medida estruturante no caminho da neutralidade carbónica.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Pires** (PS): — Também concordo com a segunda parte da sua proposta, que acho que tem de ser analisada. É uma proposta criativa e deve merecer toda a nossa atenção, no apoio e solidariedade com o povo ucraniano.

Nessa medida, gostaria de lembrar que, no Parlamento Europeu, relativamente a um apoio de 1200 milhões de euros para Ucrânia, um partido desta Câmara se absteve, o Bloco de Esquerda, e outro votou contra, o PCP. Gostaria de saber qual é a opinião do Livre relativamente a esse pacote de ajudas do Parlamento Europeu.

Aplausos do PS.

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, Augusto Santos Silva.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caros Colegas, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, e Sr. Deputado Hugo Pires, do PS, muito obrigado pelas vossas perguntas, que nos permitem fazer avançar este debate.

Creio que a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real tem razão: o frio que se passa em casa, que em Portugal é mais do que em qualquer outro país da Europa Ocidental, é o sintoma de um problema que outros países já resolveram e que nós não resolvemos. Além disso, Portugal é o segundo país da União Europeia, logo a seguir à Bulgária — cujo Presidente hoje nos visita —, em que mais pessoas dizem que não têm dinheiro para poder aquecer-se devidamente no inverno. E a isto poderíamos acrescentar também as mortes excessivas devido ao excesso de calor dentro de casa no verão.

Nitidamente, os programas que temos não estão a chegar às classes de mais baixos rendimentos e esse é um problema central, porque não fazem o reembolso total dos gastos feitos em casa e, também, porque só fazem o reembolso depois de as pessoas terem efetivado os gastos.

Portanto, as pessoas não têm rendimento disponível para poderem poupar — que é o trágico nesta história. Se pudessem investir agora, depois gastariam menos nas faturas da eletricidade e do gás, mas, como não têm esse dinheiro para avançar, a verdade é que vão continuar a gastar mais. Mais trágico ainda é que muita gente vai continuar a aquecer-se com métodos inseguros, que conhecemos da nossa infância nas aldeias do interior deste País, como os braseiros e, às vezes, os grelhadores de sardinhas.

A verdade é que, neste ano de 2022, já temos vítimas a lamentar, não só em localidades do interior, mas também nas Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa. Não podemos continuar a aceitar que, no nosso País, se morra por não se conseguir aquecer devidamente a casa no inverno.

O que é preciso fazer? É preciso reembolsar tudo, porque com isso estaremos, certamente, a aumentar o conforto das pessoas em casa, mas também a poupar energia. É preciso, até, reembolsar mais do que aquilo que é gasto, para dinamizar este setor da economia. Por isso, no Programa 3C, o Livre propõe 100% de reembolso através dos fundos do PRR e 10% de créditos fiscais que ajudem a dinamizar o setor da economia e a desburocratizá-lo. Isto para que quem sabe mover-se na burocracia e naquilo que é preciso fazer, em termos técnicos, na melhoria das casas possa adiantar o dinheiro, para que as classes de mais baixos rendimentos beneficiem dessa dinamização no setor económico.

Sim, cada prédio das nossas áreas metropolitanas que tenha painéis solares, esteja bem isolado e tenha bombas de calor é soberania energética e dignidade para as pessoas que lá vivem.

Caro Sr. Deputado Hugo Pires, em relação à sua intervenção, em particular, creio que o exemplo do PART é muito importante, pois aumentou o rendimento disponível das famílias. Agora temos de passar à próxima fase, que é a de poder fazer um novo PART para apoio ao transporte escolar em todo o País, porque isso significa menos gente, todos os dias, a andar de carro individual nas nossas cidades e significa ainda mais gente a ter liberdade nas suas vidas, nas suas deslocações, não só a população em idade escolar como os cidadãos seniores e com mobilidade reduzida.

Sr. Presidente, ultrapassei em 10 segundos o tempo de que dispunha, pelo que me fico por aqui. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Há mais duas inscrições para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Rui Tavares, sendo a primeira do Sr. Deputado António Prôa, do Grupo Parlamentar do PSD.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Tavares, saúdo-o pela importância e atualidade do tema que nos traz, que já era uma emergência, pelo combate às alterações climáticas, mas que desde o início da guerra é absolutamente urgente.

Vale a pena começar por enquadrar a situação de Portugal, que é o 8.º país da União Europeia com maior dependência energética do exterior. A guerra evidenciou a fragilidade da Europa na dependência e na segurança energéticas, devido à dependência de energia de origem fóssil, e denunciou que perdemos tempo — a Europa, mas também Portugal — relativamente ao acautelamento desta situação.

As interligações energéticas foram esquecidas e só agora voltaram à ordem do dia. A meta, negociada com dificuldade no último Governo do PSD e do CDS, desapareceu rapidamente e só agora foi recuperada. Continuamos a ser uma ilha energética, muito por inação do Governo socialista.

Por outro lado, o Governo anuncia agora um acordo com o Governo espanhol para baixar os custos com a energia no Mercado Ibérico, mas durante anos nada fez e só agora, perante esta emergência, resolveu atuar.

Sr. Deputado, as questões que tenho para lhe colocar são as seguintes: por um lado, considera que o desempenho do Governo tem sido satisfatório nesta matéria? Por outro lado, não acha que Portugal poderia estar numa posição mais sustentável, quando comparada com a dos demais países europeus?

Gostaria também de escutar o Sr. Deputado sobre prudência e bom senso, sobre o cuidado em trocar dependência de fontes energéticas não renováveis por renováveis, em que Portugal não domina tecnologia nem acrescenta valor, sendo, também por essa via, dependente, por falta de uma estratégia de investimento nacional.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem de concluir.

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Termine já, Sr. Presidente.

A última questão é sobre o cuidado a ter, também, em assegurar novas fontes que sejam firmes na resposta às necessidades energéticas em Portugal.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para o último pedido de esclarecimentos ao Sr. Deputado Rui Tavares, pelo BE, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Tavares, é de forma muito transparente que lhe digo que é com satisfação que vemos o Livre no Parlamento a defender também propostas de eficiência energética que o Bloco de Esquerda tem vindo a apresentar ao longo dos últimos anos. É importante que tenhamos mais vozes nesse sentido.

Mas queria fazer-lhe uma pergunta sobre energia e outra sobre a Ucrânia. Sobre a energia, num período em que Portugal é um dos países na Europa onde a pobreza energética é mais gritante, não considera absolutamente imoral a falta de sensibilidade social da EDP, que continua a ter ganhos avultadíssimos e, por isso, a ser também um entrave a que o acesso à qualidade de vida possa ser alcançado por parte das pessoas? Não é absolutamente imoral essa atuação da EDP?

E isso não é duplamente imoral quando, do lado do Governo, vemos que, medida atrás de medida, nenhuma delas coloca em causa o fundamental, que são os lucros abusivos da EDP, tendo ela uma posição monopolista no mercado?

Vejamos, com as novas propostas de redução de tarifa do Governo, a EDP vai conseguir vender a eletricidade das barragens a quatro vezes — repito, quatro vezes! — o preço a que vendeu em 2020. Isto é, para nós, imoral. Pergunto-lhe se não concorda, Sr. Deputado, mas devo pedir-lhe alguma cautela para essa concordância, porque já sabemos que quem se mete com os poderosos tem troco de volta e, às vezes, esse troco vem pelo lado do PS. Foi por isso que o PS disse o que disse, ainda há pouco, na voz do Deputado Hugo Pires, sobre a posição do Bloco de Esquerda em relação à Ucrânia, que, como já referi, é absolutamente inequívoca. Fosse por desconhecimento — e isso é mais perdoável — ou à laia das notícias falsas, como costuma fazer a extrema-direita, tentou inventar uma posição do Bloco de Esquerda que não tem nada que ver com a realidade.

A realidade, Sr. Deputado, é que não defendemos para o povo ucraniano menos do que defendemos para Portugal, e, da mesma forma como condenávamos a troica e os pacotes de austeridade, também os condenamos quando vão direcionados ao povo ucraniano.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É falso!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — É estranho que o Partido Socialista, que condenou tantas atrocidades da troica, ache que elas são aceitáveis quando são feitas ao povo ucraniano. Isso não aceitamos.

Para terminar, pergunto-lhe, muito diretamente, Sr. Deputado, se concorda com a proposta, de que já demos entrada, de solidariedade para com o povo ucraniano. Concorda que haja uma resposta internacional para eliminar, de uma vez por todas, uma dívida pública que vai necessariamente crescer, mas que não deve ser paga pelo povo ucraniano, que merece essa solidariedade da comunidade internacional?

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Rui Tavares, tem a palavra para responder, num máximo de 3 minutos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caros Colegas António Prôa e Pedro Filipe Soares, houve muitas perguntas e algumas merecem uma resposta clara e sucinta.

Se o desempenho do Governo tem sido satisfatório? Não, não devemos, nunca, estar satisfeitos. Devemos ser mais ambiciosos.

Se deveríamos estar numa posição de maior sustentabilidade? Sim, deveríamos estar numa posição de maior sustentabilidade.

Se não deveríamos trocar a dependência atual pela dependência de novas energias? Não, não deveríamos trocar dependência por dependência.

Se deveríamos procurar novas fontes firmes? Depende. Portugal deve afastar-se de um extrativismo fácil, que, como aconteceu no passado, cria ciclos de riqueza relativamente ilusórios que nada fazem pelo desenvolvimento do País. Portugal deve tentar ter um desenvolvimento através do aumento da complexidade acrescentada naquilo que produz, de maior valor acrescentado e de mais qualificações da sua força de trabalho, em vez de procurar o extrativismo, por exemplo. É por isso que somos muitíssimo céticos em relação à exploração de minérios em mar profundo.

Caro Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, sobre se acho que a posição da EDP é imoral, respondo: sim. Sobre se acho que a dívida ucraniana deve ser perdoada, para não sobrecarregar um país, que já é vítima de uma guerra, com a canga da dívida, respondo: sim. Sobre se estou ciente de que, às vezes, estas posições levam a algum «fogo amigo» dentro da família da esquerda, respondo: sim, estou perfeitamente ciente. Vimos agora de uma campanha eleitoral em que, a certa altura, o Livre foi acusado pelo PS de querer construir centrais nucleares e o Bloco secundou essa acusação, que, como ambos sabemos, era completamente falsa. Foi pena que a convergência entre esses dois partidos se fizesse mais nessa acusação do que noutras questões mais importantes, que evitassem que os portugueses tivessem de ir a um ato eleitoral que não desejavam.

Aproveito este minuto final para tentar explicar a proposta, que é, no fundo, um penhor de paz. A União Europeia cumpre, pagando os consumos que faz, mas, ao mesmo tempo, a partir do dia 1, nenhum desses pagamentos vai financiar o esforço de guerra do Sr. Putin. A partir do momento em que, com o prazo fixado pelo Conselho Europeu, a Rússia continue a incumprir, uma percentagem crescente — 1% no primeiro dia, 2%, 3% e por aí fora — desse pagamento passa a ser redirecionada para um fundo de reconstrução da Ucrânia, a título de reparações de guerra, numa figura de direito internacional que já foi utilizada em outras guerras neste continente.

Como é que isso nos pode afastar, precisamente, da tal pequena política do «fogo amigo» e dos posicionamentos táticos para pôr o Parlamento português na linha da frente de uma discussão que é estratégica para a Europa? Compreendendo — como dizia o nosso Colega Hugo Pires — que, sim, Portugal tem menos dependência da Rússia do que outros países, e é por isso que a solução mais evidente, que seria a de um embargo ao petróleo e ao gás russos, não pode, neste momento, ser tomada pelo Conselho, porque há um bloqueio por parte da Alemanha. Então, temos a obrigação de ser criativos, de ser imaginativos e de mandarar

o nosso Governo para pôr novas propostas em cima da mesa, propostas como a deste autêntico penhor de paz que talvez faça desbloquear o debate no seio do Conselho Europeu.

O Sr. Presidente: — Assim, encerramos o primeiro ponto da ordem do dia, dedicado às declarações políticas.

Entramos agora no segundo ponto, que consta de um debate sobre a situação na Ucrânia, e permitam-me recordar a todas e todos os Srs. Deputados que, no final haverá votações, pelo que haverá também a necessária verificação de quórum.

Neste debate, para uma intervenção em nome do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

O Sr. Francisco César (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Depois de dois anos de pandemia, quando, finalmente, no horizonte se vislumbrava o regresso à normalidade, eis que somos solavancados por um acontecimento terrível, algo que — julgo não faltar à verdade — a maioria de nós pensava afastado do nosso tempo e do nosso modo de vida: o regresso da guerra à Europa.

A Europa e o mundo vivem, novamente, tempos tumultuosos, de profunda incerteza, onde a tirania e o totalitarismo colocam novamente à prova a democracia, os direitos humanos e o respeito pela liberdade e pela soberania dos povos.

É precisamente nestes tempos de nuvens carregadas, onde, pela instauração do medo e pela força, se pretende reerguer velhas e ultrapassadas ambições imperialistas, que não pode haver a mínima hesitação sobre o lugar que cabe a cada um. É, sobretudo, nos momentos mais sombrios, quando a força bruta pretende espezinhar as liberdades, que não pode haver dúvidas de espécie alguma.

Da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, queremos que fique absolutamente clara a nossa posição: não há totalitarismos melhores do que outros. Não há regimes opressivos mais toleráveis ou aceitáveis. Seja de direita ou de esquerda, um ditador é sempre um ditador.

Aplausos do PS.

Um tirano é sempre um tirano e uma invasão é uma declaração de guerra e não uma operação militar especial.

Por mais voltas que deem, por mais que torturem a verdade, não há outro caminho possível. Os democratas não aceitam menos do que a democracia, não aceitam menos do que a liberdade plena e não aceitam menos do que o respeito absoluto pela soberania popular, expressa em eleições livres, democráticas e escrutináveis.

Nesta hora negra, em que a máquina de guerra russa invade um vizinho, um país soberano, ao mesmo tempo que, internamente, os senhores do Kremlin esmagam as já fragilizadas liberdades cívicas no seu próprio país, Portugal revela estar, desde o primeiro momento, na linha da frente.

Na linha da frente, no âmbito da participação das instituições internacionais de que Portugal faz parte, na procura da paz e na promoção de soluções pacíficas para um conflito que — reiteramos — só tem um responsável, que é o lado agressor.

Na linha da frente, igualmente, na pronta e generosa resposta que o País deu ao mobilizar-se com centenas de ações de solidariedade, bem como na disponibilidade em acolher os que mais sofrem — milhares de refugiados de guerra, na sua maioria mulheres e crianças —, materializando e dando, assim, viva expressão a uma tão genuína forma de ser do nosso povo, que, perante o infortúnio e o sofrimento, se une, mais uma vez, para apoiar, acolher e ajudar.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Portugal esteve e está na linha da frente, na medida da sua dimensão, na concertação europeia necessária e também no seio da NATO, para conceder material militar indispensável para ajudar a Ucrânia a lutar pela sua sobrevivência.

Como disse, nesta hora negra, não há nem pode haver interpretações semânticas, visões passadistas nem, muito menos, lealdades ou apoios a regimes contrários à democracia, adversários da paz e violadores dos direitos humanos.

Não há ideologia que sustente ou justifique as atrocidades perpetradas pelas forças russas na Ucrânia. Não há amanhã que cantam, quando o exército invasor causa a morte a milhares de civis, a destruição de vilas e cidades e outras ignomínias a que diariamente todos podemos assistir.

Perante tudo a que temos assistido, perante as imagens atrozés de Bucha e aquelas de que, entretanto, vamos tendo conhecimento em outras vilas e cidades ucranianas, é urgente que a comunidade internacional, no esteio do que, aliás, já propôs o Secretário-Geral da ONU, desencadeie uma investigação independente com o objetivo de apurar todas as responsabilidades sobre os massacres que estão a ocorrer em território ucraniano.

Mais do que uma questão de direito internacional, trata-se, afinal, da mais básica e elementar decência humana, aquela que nos impõe o respeito pela vida, pelos direitos humanos e pelas liberdades cívicas e individuais.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção em nome do Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Moreira de Sá.

O Sr. **Tiago Moreira de Sá** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Permitam-me que comece por expressar o gosto que tenho em estreitar-me na Assembleia da República, gosto redobrado por fazê-lo sob a presidência do Sr. Presidente.

Infelizmente, o assunto que justifica a minha intervenção não poderia ser pior e confesso que pensava já não ser possível, na Europa do século XXI. Deveria ser hoje uma verdade universal a célebre máxima que diz que «nenhum homem é tão estúpido ao ponto de preferir a guerra à paz».

Apesar de lhe ter sido oferecida várias vezes a paz, a Rússia preferiu a guerra. Temos a obrigação de ser claros na nossa posição: esta é uma guerra ilegal, desnecessária e inaceitável. É uma guerra por opção, não por necessidade.

As ações da Federação Russa são um ataque claríssimo e intolerável à ordem internacional. Além das realidades geopolíticas e das correlações de poder, a ordem internacional nunca ficaria completa sem um conjunto de normas, leis, instituições e, mesmo, preferências normativas que regulam e dão sentido às interações entre os Estados.

De Vestefália a Viena, da paz de Versalhes à Carta das Nações Unidas, a ordem internacional sempre foi baseada num conjunto de práticas normativas e de expressões das vontades dos Estados. Os costumes internacionais, os tratados, as organizações e tribunais internacionais foram e são a bússola para a ação dos Estados, os fios de prumo da sua conduta e a fonte da sua legitimidade.

A ordem internacional deve preocupar-se tanto com aquilo que é como com aquilo que deve ser. Esse elemento normativo da ordem, a expressão dos seus ideais e dos seus caminhos para a paz, a segurança e o bem-estar de todos os povos encontram-se também no direito internacional do pós-Carta da ONU. Esta consagra ainda a soberania dos Estados, o multilateralismo assente na proliferação de organizações e tribunais internacionais, a proteção dos direitos humanos, as regras sobre a conduta da guerra e a punição de crimes contra a humanidade.

Se não existe uma polícia mundial, nem por isso deixa de haver regras do jogo, contemplando incentivos para os cumpridores e punições para os infratores. As ações da Federação Russa são claras e inequívocas na sua violação das regras, normas e leis básicas da ordem internacional e, por isso, têm de sofrer uma punição exemplar.

Não esteve, não está, nem estará em causa a legitimidade das sanções impostas pela comunidade internacional à Rússia, mas não podemos ficar a meio da ponte. A manutenção de sanções parciais apenas contribui para prolongar a guerra, o sofrimento humano e a insegurança internacional, pelo que é urgente levar as sanções às suas últimas consequências, atingindo o regime de Putin no seu núcleo duro político e atingindo a sua economia na espinha dorsal: o petróleo e o gás.

Um Estado alicerçado na corrupção cai quando deixa de haver dinheiro para comprar a lealdade. É preciso ser duro, porque Putin só entende a linguagem da força e do poder.

Putin avançou sobre a Ucrânia porque nos julgou fracos. É hora de lhe mostrar o contrário, que estamos fortes, unidos e decididos a travar a batalha pela paz, pela democracia e pela liberdade.

As imagens que nos chegam de Bucha e de outras localidades no caminho da retirada russa do norte da Ucrânia chocam-nos como um ataque aos mais sagrados redutos da dignidade humana e relembram-nos algumas das páginas mais negras da história do século passado.

Sejamos claros, trata-se de atrocidades repugnantes e de crimes internacionais gravíssimos. Uma investigação internacional determinará se são crimes contra a humanidade ou crimes de guerra, bem como os seus responsáveis, mas a indiferença não é aceitável e uma condenação vigorosa destas atrocidades é o único caminho ético.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Alguns têm tentado passar a ideia de que esta é uma guerra entre a Rússia e o Ocidente, mas não é. Esta é uma guerra entre a Rússia e os valores da humanidade. À Rússia, incomodam-na a democracia, a liberdade, o pluralismo, o Estado de direito, os direitos humanos, os direitos das minorias. Incomodam-na os valores e princípios humanistas.

Nós, portugueses, europeus, humanistas e cosmopolitas, temos de ser soldados no combate por tudo aquilo em que acreditamos e que tanto nos custou a alcançar.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção em nome do Grupo Parlamentar do Chega, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este debate não nos traz aqui por boas razões, e, por isso, da parte do Chega, a condenação é inequívoca. Esta é uma guerra brutal e ilegal, cujos causadores e autores têm de ser severamente punidos.

Sim, não são notícias falsas as de que outros, na extrema-esquerda do Parlamento, tenham optado pela abstenção e voto contra em relação ao apoio à Ucrânia, na última resolução.

Aplausos do CH.

É a pura verdade! O Bloco não gosta de a ouvir, mas tem de ouvir porque é verdade, como também é verdade que, ainda há poucos meses, havia dois partidos nesta Casa que diziam: «sair da NATO é imperativo».

Hoje, perante uma agressão russa, sabemos que a NATO é a única força de apoio que nos pode salvar, mas aqui estão eles, a dizer que deveríamos sair da NATO, que deveríamos abandonar as armas nucleares, para que Putin possa entrar pela Europa toda e tomar-nos a nossa liberdade. Se vocês não gostam da liberdade, nós gostamos e lutaremos por ela. Ficaremos aqui a lutar por ela.

Aplausos do CH.

Sim, Sr.^a Deputada Joana Mortágua, os lábios de qualquer cor foram da opositora nas presidenciais, que teve 3% dos votos. Por isso, houve muito mais mulheres a votar num candidato chamado André Ventura do que numa candidata que dizia estar tão incomodada com os lábios vermelhos.

Aplausos do CH.

Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.

É a verdade, Sr.^a Deputada. É a verdade!

Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.

Doeram-vos os vossos 3%!...

Sem hesitações, perante a força bruta e a aniquilação das nações — Sr. Presidente, permita-me trazê-lo a este debate para lhe dizer isto —, é precisamente este nacionalismo positivo ucraniano que está a permitir a luta todos os dias, em cada rua, em cada vila, em cada local da Ucrânia.

Onde a Rússia quer esmagar, o nacionalismo quer lutar. Onde querem destruir uma pátria, há alguém que ama a sua pátria e que quer lutar por ela, e é isso que nós vamos continuar, sempre, aqui a fazer.

Aplausos do CH.

Mas a tarde não poderia terminar melhor do que com o Sr. Deputado a dizer que, para o PS, um ditador é um ditador, seja de esquerda ou de direita. Eu iria jurar que vi os primeiros-ministros socialistas de braço dado a Fidel Castro, a vender computadores a Hugo Chávez, na Venezuela, e a dizer que era esse o caminho para o futuro de Portugal.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — E agora vêm dizer que ditador é ditador, seja de esquerda ou de direita. Um bocadinho de vergonha e de memória era bom, no Parlamento — eu sei que o Sr. Deputado não tem, mas era útil que tivesse, pelo menos um pouco.

Protestos do PS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Ucrânia está debaixo de intenso ataque e cabe-nos a todos fazer esta defesa, o que é estranho por parte de um Governo que tem como Ministro das Finanças alguém que deu à Rússia os dados dos ativistas que protestavam contra ela em frente à embaixada e que está sempre disponível para acolher todos os ditadores de esquerda em Lisboa — alguns até montam tendas no Terreiro do Paço e podem ali dormir.

Os senhores deveriam ter vergonha de falar em ditadores, quando trouxeram a esta capital, a esta gloriosa capital nacional, a maioria dos tiranos e ditadores que andam por esse mundo fora a apoiar ditadores de esquerda.

Aplausos do CH.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não poderia haver maior vergonha do que, neste momento, em que precisávamos de um Governo firme e forte, termos um Governo que apresenta o mesmo Orçamento do Estado que apresentou há uns meses na Assembleia da República. Entretanto, o mundo mudou, entrou em guerra, mas o que vamos ter é o mesmo Orçamento.

É a austeridade socialista. Se os outros não querem saber, nós cá estaremos para vos combater.

Aplausos do CH, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção em nome do Grupo Parlamentar do Iniciativa Liberal, tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Cordeiro.

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em Portugal, não vivemos com medo de ouvir sirenes, não vivemos com medo de que a nossa casa seja destruída ou de termos de fugir com os nossos filhos rumo a um país desconhecido, não vivemos com medo de ver a nossa família morrer num qualquer ataque militar, mas essa é a realidade de milhões de pessoas na Ucrânia, cujas vidas foram violentamente viradas do avesso em consequência de uma agressão inaceitável por parte da Rússia.

Neste momento, ucranianos, em combate ou de mãos amarradas, morrem por culpa do exército russo. O sangue e as lágrimas de um povo são o preço a pagar pela paz no resto da Europa e pela fúria expansionista de Putin em reconstruir o Império Russo. E, não, não são os interesses da Rússia pelo controlo do mar Negro nem a perceção de ameaça à sua segurança — que nunca esteve em causa — por parte da NATO que explicam esta segunda e violentíssima invasão à Ucrânia. Não é o falhanço de um regime que prometeu prosperidade e que apenas oferece autocracia e corrupção que explica este ataque a um suposto inimigo.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Não! Esta guerra não provocada, que é uma violação grosseira do direito internacional, este atropelo à soberania de um país vizinho, esta violência contra a população civil deve-se ao ódio de Putin pelas democracias liberais e pelas sociedades livres.

Aplausos do IL.

Enquanto os ucranianos morrem pela sua — e pela nossa! — liberdade, existem no Ocidente países, partidos políticos e pessoas que, ativamente ou de forma dissimulada, apoiam o regime de Putin.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — O apoio explícito ou a neutralidade cobarde beneficiam o agressor, permitindo-lhe que prossiga os seus objetivos sem qualquer tipo de punição. O que estes idiotas úteis ao serviço de Moscovo não percebem é que, amanhã, também eles poderão ser esmagados pelo poder que defendem. Quando isso acontecer, a quem vão recorrer?

Aplausos do IL.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A bravura ucraniana na defesa da sua soberania é a primeira linha de proteção do Ocidente e deve ter todo o nosso apoio em sanções drásticas ao agressor, com o fim da compra de petróleo e gás à Rússia, na troca de informações e no envio de equipamento militar, na eliminação das burocracias de acolhimento aos refugiados, para que rapidamente consigam trabalhar, pôr os filhos na escola ou ter acesso a serviços de saúde.

Aplausos do IL.

É tempo de reforçar as relações comerciais e as políticas de segurança e de defesa para com os nossos aliados. É tempo de tornar a construir um mundo mais seguro, assente no multilateralismo e no respeito pela integridade territorial dos Estados.

Assim, sem relativismos ou falsos pacifismos, sem antiamericanismos primários e sem ter de esconder louvores passados ao agressor, no Iniciativa Liberal, condenamos, inequivocamente, todos os massacres em território ucraniano e não hesitamos em apoiar a Ucrânia na sua luta pela liberdade.

A Ucrânia luta por nós, saibamos estar à altura.

Aplausos do IL, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção em nome do PCP, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Desde 2014 que o PCP denuncia a guerra na Ucrânia e as suas dramáticas consequências para o povo ucraniano, apelando à paz e ao respeito pela vida, pelos direitos políticos, culturais, económicos e sociais de todos os ucranianos, sem qualquer discriminação.

Aliás, este Parlamento teve a oportunidade de se pronunciar pela primeira vez, condenando a guerra na Ucrânia, a 25 de julho de 2014, quando, por iniciativa do PCP, foi colocada uma proposta de voto à discussão, proposta essa que foi então recusada.

Por maiores que sejam as pressões para repetir em coro o discurso da escalada da guerra, que é hoje imposto como pensamento único, o PCP continuará firmemente a defender a paz, tal como tem defendido desde 2014.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Muito bem!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Por isso, o PCP condena todo o caminho de ingerência, violência e confrontação: o golpe de Estado de 2014, promovido pelos Estados Unidos da América na Ucrânia,...

Protestos do CH.

... que instaurou um poder xenófobo e belicista, a recente intervenção militar da Rússia na Ucrânia e a intensificação da escalada belicista dos Estados Unidos da América, da NATO e da União Europeia.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E da Coreia do Norte!?

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Continuaremos, hoje como ontem, a rejeitar o caminho da escalada militarista, do envio de equipamento militar cada vez mais sofisticado, da imposição de sanções, porque esse é o caminho de quem defende a guerra, de quem não quer parar o conflito, de quem, na verdade, é indiferente ao sofrimento do povo ucraniano e do povo russo. Esse é o caminho de quem quer impor a via militar e a guerra económica, independentemente da destruição e do desastre económico e social que daí possam resultar para aqueles dois povos.

Protestos do Deputado do IL Rodrigo Saraiva.

A instigação da guerra na Ucrânia por meses, ou até anos, como perspetivam o Presidente dos Estados Unidos da América ou o Secretário-Geral da NATO, certamente à custa da morte de ucranianos e russos, revela que a paz não está no seu horizonte.

Contra esse caminho da guerra, o PCP continuará a defender o caminho da paz,...

Protestos do CH e do IL.

... a afirmar que é urgente inverter a escalada de confronto económico e belicista em curso...

O Sr. **André Ventura** (CH): — É uma vergonha!!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... e que é necessário intervir para alcançar um cessar-fogo e uma solução negociada, que garanta uma resposta comum aos problemas de segurança e de desarmamento na Europa, o cumprimento dos princípios da Carta da ONU, do direito internacional, da Ata Final da Conferência de Helsínquia. É ainda indispensável intervir para travar o aproveitamento da guerra e das sanções como pretexto para agravar as condições de vida dos trabalhadores e dos povos.

O PCP está solidário com as vítimas da guerra na Ucrânia, que já dura há oito anos, e condena todos os atos criminosos contra as populações, nomeadamente em cenário de guerra, que tenham ocorrido ou ocorram na Ucrânia, tal como condena os que ocorreram ou ocorram no Iraque, no Afeganistão, na Líbia ou em qualquer outro país.

A Sr.^a **Alma Rivera** (PCP): — Ah, pois!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Na Coreia, na Venezuela, em Cuba...

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Por isso, o PCP considera que é necessária uma cabal e rigorosa investigação das situações ocorridas na Ucrânia, feita por entidades efetivamente independentes, que contribua para o apuramento da verdade e não para, a partir de falsas situações e operações de manipulação, fomentar linhas de provocação para justificar, junto da opinião pública,...

Protestos de Deputados do PSD, do CH e do IL.

... estratégias de escalada da confrontação que só levarão ao agravamento do conflito, à perda de mais vidas humanas, a maior sofrimento, com dramáticas consequências para os povos da Ucrânia e da Rússia, para os povos e para a paz no mundo.

Aplausos do PCP.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Tenham vergonha!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção em nome do Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Não há ingerência maior na Ucrânia do que a invasão pela Federação Russa do solo ucraniano. É isto que condenamos com toda a veemência: a invasão russa, justificada por uma visão imperialista e nacionalista.

Como a vida já nos tinha demonstrado, não há imperialismos bons, não há nacionalismos bons. De todos eles fica o povo refém e em todos eles é o povo sacrificado.

Portanto, a nossa solidariedade vai, primeiramente, para o povo ucraniano. Estamos solidários com a defesa e integridade do seu território e com o seu direito à defesa em razão da agressão. Não há aqui nenhum tipo de divergências ou de tergiversações, é a mais pura solidariedade por quem defende a sua terra de um agressor estrangeiro.

É curioso ver como aqueles que andavam tão próximos de Putin são quem mais berra neste Parlamento. Para esconder o quê? Para esconder aquilo que todos vimos e de que todos nos lembramos: André Ventura de mão dada com Marine Le Pen, quando ela andava de mão dada com Putin.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Todos nos lembramos de ver André Ventura abraçado a Matteo Salvini, quando este andava abraçado a Putin.

Protestos do CH.

E, não por acaso, os amigos do Deputado André Ventura ficaram à porta da Ucrânia e foram enxovalhados nas fronteiras do país, porque foram eles que andaram a apoiar a cruzada de Putin contra os valores da liberdade e da democracia.

Não, não esquecemos! Não esquecemos quem anda de mão dada com o extremismo, com o imperialismo, com o nacionalismo de Putin, e esses também se sentam na extrema-direita do Parlamento português.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tenham vergonha!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Já agora, queria dizer, com toda a clareza, que também não esquecemos a história das guerras ao longo das últimas décadas nem nos esquecemos de como, tantas e tantas vezes, aquelas que se dizia serem as bombas da paz apenas serviram para sacrificar os povos.

Esta é a mais recente guerra na Europa, mas a anterior foi igualmente brutal. Foi na ex-Jugoslávia e algumas — muitas — das bombas que lá chegaram foram da NATO. Por isso não esquecemos como, tantas vezes, a justificação de uma guerra pela paz serve, apenas e só, para destruir os povos. Foi isso que vimos na ex-Jugoslávia.

É, por isso, em nome da paz, em nome da defesa a que o povo ucraniano tem direito, em nome de uma política de defesa da Europa que não seja submissa a um país estrangeiro não europeu que nos levantamos. É em nome da democracia, em nome dos direitos humanos.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Não podemos virar a cara aos crimes contra a humanidade que estão a ocorrer na Ucrânia. Não podemos tolerar a invasão de um país soberano e, menos ainda, ver valas comuns, execuções arbitrárias em massa, tortura, violência sexual ou o bombardeamento de escolas e hospitais e deixar tudo isso passar ao lado. Isto viola o direito de a Ucrânia decidir sobre o seu próprio destino e viola também o direito internacional humanitário.

Por isso mesmo, tal como já conseguiu aprovar a vinda de Zelenskyy a este Parlamento, o PAN propôs uma iniciativa em que o nosso País afirma que o planeta precisa de paz e condena formalmente a barbárie da Rússia de Putin na Ucrânia.

Mas não devemos ficar apenas pelos gestos simbólicos. Quantos mais massacres vão ser necessários para que a União Europeia pare, de uma vez por todas, de ajudar Putin a travar a sua guerra com a compra de gás russo?

O embargo ao gás russo é mais do que necessário, visto que, a cada dia, estão a sair da União Europeia para os cofres da Rússia 600 milhões de euros, que lhe permitem produzir 400 novos tanques e, obviamente, outro material de guerra.

Por isso mesmo, mais do que apenas gestos diplomáticos, falta ação e também a Portugal se exige que perdoe a dívida pública ao povo ucraniano, permitindo, assim, ajudar na reconstrução daquele país e no restabelecimento da paz.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caros Colegas: Nesta Casa, falamos uns com os outros e ouvimos uns aos outros, mas também falamos lá para fora, e eu queria falar aos nossos concidadãos, aos nossos amigos, em particular aos jovens, que são a parte mais dinâmica da sociedade, de todas as famílias políticas, incluindo da minha, à esquerda.

Se és anti-imperialista, Putin é teu inimigo, porque não há exemplo mais claro, mais nu e cru do imperialismo no século XXI do que o da Rússia de Putin ao invadir a Ucrânia.

Se és anticolonialista, Putin é teu inimigo, porque trata a Ucrânia e a Bielorrússia como colónias.

Se és antipopulista, antidemagogo, antiautoritário, contra todos aqueles que foram financiados pela Rússia de Putin, como Marine Le Pen e Salvini, contra aqueles que vêm para estes debates mais para fazerem política interna e ataques de baixa política do que para se solidarizarem com os povos ucranianos ou aqueles que escolheram os grupos de Salvini e de Le Pen no Parlamento Europeu, Putin é o teu inimigo.

Se és antiplutocrata e antioligarca, se és contra a venda de vistos *gold* na Rússia, Putin é o teu inimigo, e, nesse caso, podes ajudar a derrotá-lo. Como? Não aceitando ambiguidades no discurso político, exigindo clareza dos líderes europeus e unidade perante o imperialismo russo, exigindo que os criminosos de guerra sejam julgados e, acima de tudo, não aceitando desinformação sobre o que, de facto, aconteceu na Ucrânia.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem de concluir.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Vou concluir, Sr. Presidente.

Desde que decidi derrubar um seu Governo que não se quis aproximar da Europa, desde que fez eleições em que escolheu candidatos que não eram os que Putin queria, a Ucrânia nunca mais teve sossego. Foi mutilada, foi agredida e continua a sê-lo, e, por isso, é preciso que Putin perca.

Aplausos de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura, que dispõe ainda de 13 segundos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, queria só dizer ao Sr. Deputado Pedro Filipe Soares e ao Sr. Deputado Rui Tavares que não foram Marine Le Pen nem Salvini que disseram que criticavam as sanções à

Rússia e o envio de armas à Ucrânia. Sabem quem foi, Srs. Deputados? Foi o Podemos, com quem vocês andaram de braço dado em Espanha e aos beijinhos em Lisboa.

Aplausos do CH.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Eu?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Foram esses que condenaram a invasão da Ucrânia, foram esses que andaram de braço dado com Putin e foram esses que andaram a receber dinheiro do regime russo.

Protestos do BE e do L.

Já agora, para que a vossa memória se avive, vou dizer-vos quem votou contra a condenação da Rússia na ONU: Cuba, Venezuela, Coreia do Norte e Síria. Que eu saiba, nenhum destes países é de extrema-direita, mas têm uma coisa em comum convosco: são a pior extrema-esquerda que há no mundo.

Aplausos do CH.

Protestos do BE e do L.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Rui Tavares pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É para defesa da honra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Aparentemente, o Sr. Deputado André Ventura não conhece a família política na qual o Livre se filia, que é a dos Verdes europeus, que tem tido uma atitude muito clara em relação à guerra na Ucrânia e à autocracia do Sr. Putin. A mesma atitude, clara, não lhe ouvimos, Sr. Deputado, quando os seus aliados, como, por exemplo, Matteo Salvini, se pavonearam na Praça Vermelha com uma *t-shirt* estampada com Vladimir Putin. Sempre o elogiou, andou em reuniões com ele e, até hoje, ainda não lhe ouvimos uma condenação aos amigos pró-putinistas da sua família política no Parlamento Europeu. A nossa família política, pelo visto, não o conhece!

Aplausos de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para prestar esclarecimentos, se assim entender, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, é comovente ver o Partido Socialista a dar apoio ao Livre nestes debates.

Risos do CH.

Protestos do PS.

É comovente e sabe-nos tão bem!

Protestos do PS.

Continuem, continuem!

Sr. Deputado Rui Tavares, eu sei bem qual é a sua família política: é a família política que nunca consegue ver as ditaduras de esquerda e consegue sempre ver as de direita; é a família política que elogiou várias vezes, na Europa, o Podemos, no Governo, em Espanha; é a família política que até disse que o Podemos era um bom exemplo na ecologia e no avanço do Governo. É esse Podemos que está contra a condenação da Rússia e que anda de mãos dadas com Putin.

Protestos do L e de Deputados do PS.

Por isso, aos seus amigos pode enganar, mas a nós não nos engana. É a pior extrema-esquerda que há na Europa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É isso mesmo!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Se não compreende isso, Sr. Deputado, é porque não percebe sequer em que família política está.

Mas eu queria dizer-lhe também que deveria olhar bem para os regimes que estão a apoiar a Rússia de Putin e para os que, nas Nações Unidas, evitam votar ao lado da Europa. Eu já lhe disse quais são, Sr. Deputado: Cuba, Venezuela, Coreia do Norte e Síria.

Já lhe disse também quem é que, na União Europeia, votou contra a condenação da Rússia. Por isso, deixe lá o Salvini e deixe lá a Marine Le Pen,...

Protestos do L.

Vozes do BE: — Ah!...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Deixe lá?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... que, aliás, deu um «banho de bola» aos seus candidatos nas eleições francesas. Que eu saiba, 24% votaram nela.

Risos e aplausos do CH.

Sabe, Sr. Deputado, entre os cafés no Chiado e o povo real vai uma grande dose de diferença.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Marine Le Pen — eu sei que não gostam — deu-vos hoje isto: pás!... Uma chapada, de cara aberta e aliviada, para perceberem que vai à segunda volta vencer as eleições. Cá estaremos para a receber, também no Parlamento português. Que assim seja e que possamos recebê-la.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — A amiga de Putin!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Já agora, Sr. Presidente, tenho apenas 7 segundos para dizer isto: quando tivermos o Presidente Zelenskyy a falar aqui, no dia 21, depois do que ouvimos hoje, acho que o melhor que algumas forças políticas faziam era não estarem presentes, porque só envergonharão o Parlamento.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente:** — Recordo a todos os Srs. Deputados, assim como a todos os presentes, que é obrigatório o uso da máscara.

Pausa.

Obrigado, Sr. Deputado Pedro dos Santos Frazão.

O PSD pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Ricardo Baptista Leite** (PSD): — Sr. Presidente, temos 30 segundos que gostaríamos de utilizar no debate.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Baptista Leite.

O Sr. **Ricardo Baptista Leite** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, queria apenas registar, em nome do Partido Social Democrata, que lamentamos profundamente que tenhamos assistido a uma luta, entre a extrema-esquerda e a extrema-direita, sobre quem tem os melhores ou os piores ditadores, quando há um povo a sofrer, hospitais a serem bombardeados, crianças a morrerem, um povo a lutar pela sua liberdade.

Aplausos do PSD.

Não pode ser esta a mensagem que sai desta Assembleia. Temos de condenar a invasão ilegal da Rússia na Ucrânia, e temos de o dizer sem quaisquer tibiezas.

É esta a mensagem que o Partido Social Democrata quer deixar aqui de forma muito clara, em relação à luta pela liberdade deste povo, que é o povo ucraniano.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Encerramos, então, este ponto da ordem de trabalhos, passando de seguida às votações.

Peço aos serviços que acionem o sistema de verificação de quórum e aos Srs. Deputados que se registem.

Pausa.

Peço aos serviços que encerrem a verificação de quórum e apresentem os resultados.

Pausa.

Temos quórum. No entanto, solicito aos Srs. Deputados que não tenham conseguido registar-se que o sinalizem à Mesa.

A Sr.^a **Alma Rivera** (PCP): — Sr. Presidente, não me consegui registar a tempo.

O Sr. **Presidente**: — Está anotado, Sr.^a Deputada.

Verifico que o Sr. Deputado Bruno Nunes, do Chega, e a Sr.^a Deputada Berta Nunes, do PS, também não se conseguiram registar.

Havendo quórum, vamos dar início às votações de acordo com o guião.

Começamos pelo Projeto de Voto n.º 1/XV/1.^a (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento de João Manuel Lobo de Araújo. Como se trata de um antigo Deputado do PSD, conforme é a praxe, o Sr. Deputado Fernando Negrão fará o favor de ler o projeto de voto em nome do seu grupo parlamentar.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«O Partido Social Democrata propõe à Assembleia da República a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Dr. João Lobo, ocorrido no passado dia 17 de janeiro deste ano, em Vila Verde, Braga.

Fundamentam este ato de reconhecimento público razões políticas, culturais e sociais de indesmentível importância e significativo valor.

Do ponto de vista do seu compromisso cívico com a Nação portuguesa, o Dr. João Lobo foi eleito Deputado da Assembleia da República nas listas do PSD, pelo círculo eleitoral de Braga, no quadro da XII Legislatura Constitucional, tendo exercido as suas funções com total respeito pelos valores do pluralismo político-partidário, sem nunca pautar a sua ação pelo mais leve sinal de sectarismo ideológico, postura que lhe permitiu desenvolver um notável trabalho científico, técnico e político que muito prestigiou a ação do legislador e os superiores interesses do povo português.

A extraordinária, embora breve, generosidade da sua deputação viria a ser reconhecida por todos os partidos políticos representados na referida Legislatura, sem exceção, quando terminou a sua condição de Deputado e regressou a Braga.

E, se serviu o País nesta Câmara, enquanto Deputado do Partido Social Democrata, também serviu a sua região, o seu concelho e a sua terra, nas vertentes política, social e cultural. Presidiu durante 17 anos à Assembleia Municipal de Vila Verde, presidiu à Assembleia Geral da Comunidade Intermunicipal do Cávado, era então Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Braga, e deixou uma vasta obra literária de inegável valor, expressa em numerosos títulos de crónica, conto, prosa poética e variadíssimos trabalhos científicos, particularmente na área do Direito Europeu e do Direito do Trabalho.

O Dr. João Lobo foi um homem de uma cultura invulgar, senhor de um trato pessoal inexcelente, dono de uma grandeza de espírito inigualável, que deixou, *ex abrupto*, o selo da sua rica, multifacetada e luminosa personalidade no coração de todos os que tiveram a sorte de fruir a unção do seu altruísmo, da sua proficiência e do seu despojamento solidário.

E porque foi um grande Deputado, um grande causídico, um grande escritor, um grande humanista e um grande amigo dos portugueses, a quem, de resto, amava extremosamente, associemo-nos, nesta hora de luto, ao pensamento do filósofo ateniense Sócrates que revolucionou o pensamento ocidental quando disse, e cito, «Para conseguir a amizade de uma pessoa digna é preciso desenvolvermos em nós mesmos as qualidades que naquela admiramos».

Para qualificarmos este ilustre cidadão português precisávamos de adjetivos como generoso, puro, leal, íntegro, incorrupto, fraterno, sábio, benigno, afável, genuíno, mas fiquemo-nos apenas pelo seu nome próprio e pelo seu apelido principal: João Lobo.

A Assembleia da República, reunida em sessão plenária, manifesta o seu pesar pelo falecimento de João Manuel Lobo de Araújo, presta homenagem ao advogado, democrata exemplar, professor e político humanista e apresenta sentidas condolências aos seus familiares, colegas, discípulos e amigos.»

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Em nome de toda a Câmara, saúdo os familiares do Dr. João Lobo de Araújo que se encontram presentes nas galerias.

Passamos à votação do Projeto de Voto n.º 2/XV/1.ª (apresentado pelo PAN e subscrito pelo IL e pelo BE) — De pesar pela morte de Cesário Silva, jovem presidente da direção da Associação Académica de Coimbra. Peço à Sr.ª Secretária Deputada Palmira Maciel que faça o favor de ler o projeto de voto.

A Sr.ª **Secretária** (Palmira Maciel): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor: «Cesário Silva, presidente da direção da Associação Académica de Coimbra, faleceu no passado dia 12 de março de 2022, vítima de acidente de viação em Oliveira de Azeméis.

Cesário Silva tinha apenas 24 anos.

Era aluno de Engenharia Informática na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra e tomou posse como presidente da Direção-Geral da Associação Académica de Coimbra em dezembro de 2021.

Um jovem promissor, ligado ao associativismo desde cedo, foi também presidente do Núcleo de Estudantes de Informática e membro do Conselho Geral da Universidade de Coimbra.

Cesário Silva, que nos deixou de forma tão prematura, deixa um profundo sentimento de perda junto de toda a comunidade académica, de todos os que tiveram a oportunidade de o conhecer e de todo o País.

Assim, reunida em Plenário, a Assembleia da República mostra o seu profundo pesar pela morte de Cesário Silva e expressa as mais sentidas condolências aos seus familiares, amigos, colegas e à Associação Académica de Coimbra.»

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

Vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Segue-se o Projeto de Voto n.º 7/XV/1.^a (apresentado pelo CH) — De pesar pelo falecimento do agente da PSP Fábio Guerra. Peço ao Sr. Secretário Deputado Duarte Pacheco o favor de ler o projeto de voto.

O Sr. **Secretário** (Duarte Pacheco): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«Na madrugada de um domingo, um grupo de agentes da PSP da 64.^a Esquadra, de Alfragide, que se encontravam de folga em Lisboa, junto a uma discoteca na Avenida 24 de Julho, aperceberam-se de desacatos e, cumprindo as premissas de que a sua prioridade é garantir a segurança e liberdade de circulação dos cidadãos, os quatro agentes tentaram colocar cobro às alterações.

Foram barbaramente agredidos na sequência desta tentativa de apaziguamento da situação e o agente Fábio Guerra, de somente 26 anos de idade, natural da Covilhã, acabou por ser conduzido em estado crítico para o hospital. Passado pouco mais de 24 horas dos acontecimentos profundamente brutais, o corajoso agente infelizmente não resistiu à gravidade dos ferimentos, tendo acabado por falecer.

Com profundo pesar, choramos a morte de um jovem, nesta situação de violência extrema e injustificada, quando tentava, como jurou, zelar pela segurança dos seus concidadãos. Homenageamos e honramos também todos os que ‘ao serviço da ordem e na defesa da sociedade’ deram a própria vida.

Assim, e pelo exposto, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, expressa o seu profundo pesar pelo falecimento do agente da PSP Fábio Guerra, apresentando sentidos pêsames à sua família, amigos e colegas agentes de autoridade.»

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Secretário.

Vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, do PSD, do CH, do IL, do BE, do PAN e do L e a abstenção do PCP.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É uma vergonha!

O Sr. **Presidente**: — Passamos ao Projeto de Voto n.º 16/XV/1.^a (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Fábio Guerra, agente da Polícia de Segurança Pública. O Sr. Secretário Deputado Diogo Leão vai fazer o favor de ler o projeto de voto.

O Sr. **Secretário** (Diogo Leão): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«O agente da PSP Fábio Guerra, natural da Covilhã, de 26 anos de idade, faleceu no passado dia 21 de março, segunda-feira, no Hospital de São José, na sequência de violentas agressões de que foi vítima em 19 de março de 2022.

Conforme refere o comunicado da Polícia de Segurança Pública — e que aqui se enaltece —, ‘o agente Fábio Guerra honrou, até às últimas consequências, a sua condição policial e o seu juramento de dar a vida, se preciso for, num gesto extremo de generosidade e sentido de missão’.

A sua coragem, a sua dedicação e o seu sentido de missão de ajuda ao próximo ficarão sempre na memória e na gratidão dos portugueses.

Assim, reunida em sessão plenária, a Assembleia da República manifesta o seu pesar pelo falecimento do agente Fábio Guerra e transmite as suas mais sentidas condolências à sua família, bem como aos seus amigos e profissionais da PSP.»

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Secretário.
Vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Em nome de toda a Câmara, saúdo os familiares do agente Fábio Guerra que se encontram presentes neste Hemiciclo.

Passamos ao Projeto de Voto n.º 15/XV/1.^a (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento do Professor Doutor Fernando Rocha Andrade. Tratando-se de um ex-Deputado, peço ao Deputado Filipe Neto Brandão que leia o projeto de voto.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«Faleceu no passado dia 28 de fevereiro, aos 51 anos de idade, na sua residência, em Aveiro, Fernando António Portela Rocha de Andrade.

Doutorado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde lecionava, Fernando Rocha Andrade era justamente considerado uma das vozes mais respeitadas no campo das Finanças Públicas, área onde se destacou e na qual havia iniciado, na sua Faculdade, um trabalho de *aggiornamento* doutrinário que a sua morte prematura deixa malgradadamente interrompido.

Desde muito jovem desperto para a participação cívica e política, em todas as funções que na vida exerceu, Fernando Rocha Andrade deixou atrás de si um rasto de inteligência, criatividade, competência e rigor, que granjeou a admiração de todos os que com ele tiveram o privilégio de privar.

No Partido Socialista integrou múltiplos órgãos dirigentes, nomeadamente o Secretariado Nacional. Por duas vezes chamado ao exercício de funções governativas — primeiro como Subsecretário de Estado da Administração Interna, no XVII Governo, e, posteriormente, como Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, no XXI Governo — foi eleito Deputado, pelo círculo eleitoral de Aveiro, na XIII Legislatura.

Homem de sólida formação e saber enciclopédico, aliava, como poucos, a tais qualidades um sentido de humor refinado e tantas vezes desconcertante. Apreciava a discussão política e a confrontação de ideias e argumentos, espaço onde se revelava invariavelmente um oponente temível pela rapidez do seu raciocínio e solidez dos seus argumentos, nunca pelo sectarismo ou deselegância, que verdadeiramente abominava.

Democrata convicto, Fernando Rocha Andrade amava, acima de tudo, a liberdade e o pluralismo. Era a antítese da intolerância. Não terá sido decerto por acaso que, aquando da sua morte, tantas personalidades, dos mais diversos quadrantes políticos, tenham enaltecido as suas qualidades e lamentado tão pesarosamente a sua perda.

Fernando Rocha Andrade tinha raras qualidades de carácter. Era um homem corajoso, íntegro e de uma enorme generosidade. Com a sua morte, o País, a Universidade e o PS perdem um cidadão de excepcional envergadura e os seus amigos, que eram muitos, perdem um companheiro insubstituível.

Assim, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária invoca a memória de Fernando Rocha Andrade e apresenta à sua família as mais sentidas condolências.»

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado.
Vamos passar à votação da parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Assinalo e saúdo a presença da Sr.^a Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares e do Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação, que, em nome do Governo, se associam também a este voto de pesar.

Passamos ao Projeto de Voto n.º 31/XV/1.^a (apresentado pelo PS e pelo IL) — De pesar pelo falecimento de António Reis. Peço à Sr.^a Deputada Secretária da Mesa Lina Lopes o favor de ler o projeto de voto.

A Sr.^a **Secretária** (Lina Lopes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«Faleceu, no dia 4 de abril, o ator e encenador António Reis, personalidade reconhecida do teatro português e figura carismática do meio teatral portuense e da cidade.

António Reis iniciou a sua atividade teatral em 1964, no Conservatório do Porto, no Grupo dos Modestos, integrando-se em 1970, como profissional, no Teatro Experimental do Porto, onde se distinguiu em interpretações inesquecíveis, como ‘Fim de Festa’, de Beckett, ou ‘A Casa de Bernarda Alba’, de Lorca.

Em 1973, funda em parceria com Júlio Cardoso e Estrela de Novais a companhia Teatral Seiva Trupe — companhia ativa da vida cultural portuense ao longo das últimas décadas. Quer como ator, encenador, diretor de produção ou corresponsável pela companhia, António Reis foi sempre um artista eclético, de grande capacidade expressiva, tendo levado à cena diversas peças com estrondoso sucesso junto do público como, entre outros, ‘Um Cálice de Porto’, de 1982, ou ‘Macbeth’, de Shakespeare.

O seu compromisso com o teatro foi um contínuo permanente, indissociável da sua própria vida. Em 1990, como membro da Seiva Trupe, integra a equipa que funda a cooperativa Academia Contemporânea do Espetáculo, criada em parceria com a Câmara Municipal do Porto, do qual foi cooperante até à sua morte.

António Reis fica também para sempre ligado à construção do Teatro do Campo Alegre, atualmente um dos polos do Teatro Municipal do Porto, que foi, entre 1997 e 2013, a ‘casa’ da Seiva Trupe. Em 2016, despede-se dos palcos, interpretando o papel do carpinteiro *Engstrand*, numa produção de ‘Espectros’, de Ibsen, encenada por João Mota.

António Reis foi, também, um dos fundadores, em 1978, do FITEI — Festival de Teatro de Expressão Ibérica —, o qual dirigiu de 1989 a 2004, com um fulgor que até hoje perdura no imaginário coletivo, consagrando essa década como os anos altos do festival.

Além dos palcos, a sua presença também marcou os ecrãs da televisão e do cinema, sendo figura da preferência em diversos filmes de Manoel de Oliveira.

Ao longo da carreira, foi distinguido com diversos prémios, nomeadamente, a Medalha de Mérito Cultural da Câmara Municipal do Porto, em 1988; o grau de Comendador da Ordem do Infante Dom Henrique, em 1995; o prémio Lorca, da Universidade de Granada, em 1995; e o Prémio Prestígio da Casa da Imprensa.

Com a sua morte, o teatro português perde um dos vultos maiores e a Seiva Trupe um dos seus alicerces. A sua vida é indissociável da história do teatro do Porto e a sua personalidade carismática e generosa será recordada por todos quantos com ele se cruzaram, quer profissional quer pessoalmente.

Assim, reunida em sessão plenária, a Assembleia da República presta a sua homenagem à memória de António Reis, endereçando as suas sentidas condolências à família e amigos, à Seiva Trupe, companhia teatral que fundou e onde foi figura maior ao longo de mais de 48 anos, e a toda a comunidade artística da cidade do Porto.»

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr.^a Deputada.

Srs. Deputados, vamos passar à votação da parte deliberativa do projeto de voto que acabou de ser lido.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

De seguida, temos o Projeto de Voto n.º 25/XV/1.^a (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Jorge Silva Melo.

Dou a palavra à Sr.^a Deputada Secretária de Mesa Palmira Maciel para proceder à respetiva leitura.

A Sr.^a **Secretária** (Palmira Maciel): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«Faleceu, no dia 14 de março de 2022, o encenador, dramaturgo e cineasta Jorge Silva Melo, figura proeminente da cultura portuguesa, que marcou de forma perene o teatro e o cinema.

Jorge Silva Melo iniciou estudos em Filologia Românica, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde integrou o grupo de teatro. Em 1969, enquanto bolseiro da Fundação Gulbenkian, parte para Inglaterra, diplomando-se em realização na London Film School.

De regresso a Portugal, funda com Luís Miguel Cintra o Teatro da Cornucópia, em 1973, onde foi ator e encenador. Sete anos depois, deixa a companhia teatral e vai estagiar para Berlim e depois para Milão, sendo, respetivamente, discípulo de Peter Stein e Giorgio Strehler. De novo em Portugal, em 1995, funda a Artistas Unidos, companhia que dirigia até à atualidade e da qual era encenador.

Dramaturgo genial, foi autor de diversas peças, entre as quais, 'Seis Rapazes Três Raparigas', 'António, Um Rapaz de Lisboa', 'Eu Não Quero Viver', 'O Navio dos Negros', e ainda do libreto de 'Le Château des Carpathes', de Philippe Hersant.

No cinema, depois da colaboração com João César Monteiro, Paulo Rocha, António-Pedro Vasconcelos e Alberto Seixas Santos, estreou-se como realizador em 1980, com o filme 'Passagem — Ou a Meio Caminho'. Realizou diversas longas-metragens, bem como documentários dedicados a artistas: Álvaro Lapa, Skapinakis, Ângelo de Sousa e Fernando Lemos. Entre as peças em palco e os Livrinhos de Teatro, editados pela Artistas Unidos, Silva Melo apostou permanentemente em jovens atores, revelando e encenando autores contemporâneos.

Foi agraciado com a Ordem da Liberdade em 2004, em 2020, recebeu o Prémio D. Diniz, da Casa de Mateus, foi homenageado com a Medalha de Mérito Cultural, em dezembro de 2021, e tornou-se doutor *honoris causa* pela Universidade de Lisboa, em abril desse mesmo ano.

Como confessou um dia numa entrevista, 'uma profissão é pouco para uma vida inteira', por isso a itinerância como escolha, ensaiando múltiplos possíveis. Espírito inquieto e independente, criador e crítico politicamente comprometido, Silva Melo viveu intensamente, num desprendimento generoso que soube refletir com alegria, desapontamento e coragem.

Assim, reunida em sessão plenária, a Assembleia da República presta a sua homenagem à memória de Jorge Silva Melo e ao seu impacto na vida cultural portuguesa, endereçando as suas sentidas condolências à família, amigos e à Artistas Unidos, companhia de teatro que fundou e dirigia.»

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr.^a Deputada.

Vamos passar à votação da parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Passamos, então, ao Projeto de Voto n.º 26/XV/1.^a (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento de Américo Sequeira.

Tratando-se também de um antigo Deputado, peço à Sr.^a Deputada Emília Cerqueira o favor de ler o projeto de voto.

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Sr. Presidente, começo por saudar a família de Américo Sequeira aqui presente para assistir à apresentação deste voto, que é do seguinte teor:

«O Partido Social Democrata propõe à Assembleia da República a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Américo Sequeira, ocorrido no passado dia 19 de março deste ano.

Américo Sequeira dedicou grande parte da sua vida à causa pública, quer a nível nacional quer a nível local, foi ainda professor do ensino secundário, função que exerceu sempre com a maior diligência, respeito e admiração de alunos e colegas.

Foi Deputado à Assembleia da República nas listas do PSD, pelo círculo eleitoral de Viana de Castelo nas I, V, VI e VII Legislaturas onde, entre muitos outros assuntos, se destacou na defesa do Alto Minho e na participação na Comissão Eventual para a Situação em Timor-Leste.

Ocupou ainda diversos cargos de grande responsabilidade a nível autárquico, ao ocupar o cargo de Presidente da Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez aquando das primeiras eleições autárquicas e, mais tarde, exerceu as funções de Presidente da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez durante três mandatos, de 1982 a 1993.

A Assembleia da República, reunida em sessão plenária, manifesta o seu pesar pelo falecimento de Américo Sequeira, bem como presta homenagem ao cidadão, democrata exemplar, professor e político humanista e apresenta sentidas condolências aos seus familiares e ao município de Arcos de Valdevez.»

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr.^a Deputada.

Vamos passar à votação da parte deliberativa deste projeto de voto.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Saúdo também os familiares deste nosso antigo colega, o Dr. Américo Sequeira, presentes nas galerias, em nome da Câmara.

Segue-se o Projeto de Voto n.º 27/XV/1.^a (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Lauro António, que peço à Sr.^a Secretária Palmira Maciel o favor de ler.

A Sr.^a **Secretária** (Palmira Maciel): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o voto é do seguinte teor:

«Faleceu, no passado dia 3 de fevereiro, aos 79 anos, Lauro António de Carvalho Torres Corado, realizador, crítico de cinema, ensaísta, dinamizador e programador cultural, e referência maior da cultura cinéfila em Portugal.

Nascido em Lisboa, a 18 de agosto de 1942, licenciou-se em História, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1967. Desde cedo o cinema foi a marca distintiva da sua intervenção cívica e cultural, sendo membro do Cine Clube Universitário de Lisboa e do ABC Cine Clube de Lisboa, e começando, logo na década de 60, uma colaboração como crítico de cinema na imprensa, que se prolongaria por décadas, em vários títulos — *República*, *Diário de Lisboa*, *Plateia*, *Diário de Notícias*, *A Capital*, *Se7e*, *O Comércio do Porto*, *Jornal do Fundão*, entre outros — e que se alargaria à rádio e televisão — Rádio Comercial, Rádio Clube Português, Antena 2 e TVI.

Promotor do potencial do cinema como forma de arte e de expressão por excelência do século XX, a sua intervenção como programador do Estúdio Apolo 70, iniciada ainda durante a ditadura, é ainda para muitos uma referência formativa, de abertura de horizontes e defesa da liberdade através do grande ecrã.

Ainda que a sua notoriedade e o carinho que os espetadores lhe votaram possam ter decorrido da sua atividade de divulgador e crítico, potenciada pela sua presença televisiva, o seu lugar na história da Sétima Arte em Portugal faz-se também do seu papel como produtor, realizador e argumentista: realizou inúmeras curtas-metragens, longas-metragens e séries de televisão, sendo merecedora de especial destaque *Manhã Submersa*, aquela que muitos consideram a sua obra mais completa e conseguida.

Ao longo da sua vida dedicou-se a praticamente todas as dimensões da sua arte de eleição. Foi programador, diretor e integrou o júri de inúmeros festivais em Portugal e no estrangeiro — Festival Internacional de Lisboa, Festroia, Fórum Açoriano de Cinema, FestiViana, Festival Internacional de Portalegre, Famafest, Cine'ECO, entre outros —, escreveu e publicou mais de cinquenta obras dedicadas ao cinema e à sua história, e lecionou no Instituto Politécnico do Porto, no IADE, no ISCEM e na Universidade Nova de Lisboa.

Ademais divulgou permanentemente ciclos e sessões de cinema e de debate em instituições culturais e educativas, formais e informais, por todo o País, num quadro no qual a emblemática tertúlia do 'Vá-Vá', conservou sempre um papel especial.

Em 2018, foi reconhecido pela Academia Portuguesa do Cinema com o Prémio Sophia Carreira, tendo, no mesmo ano, sido agraciado com a Ordem do Infante D. Henrique pelo Presidente da República.

Mais pobre com a sua perda, o País conservará a inspiração das suas palavras sobre o papel do cinema, 'espetáculo de fraternal comunicação', que deve ser cultivado e colocado 'ao serviço do homem e do seu futuro'.

Assim, reunida em sessão plenária, a Assembleia da República presta a sua homenagem à memória de Lauro António e ao seu percurso e legado na história do cinema em Portugal, dirigindo aos seus familiares e amigos as suas sentidas condolências».

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr.^a Deputada.

Vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Antes de passarmos à leitura do último projeto de voto que temos para votar, queria saudar os familiares do realizador Lauro António, aqui presentes, em nome do Hemiciclo.

Vamos então passar à leitura do Projeto de Voto n.º 28/XV/1.^a (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento de Amélia Cavaleiro Monteiro Andrade de Azevedo. Como também se trata de uma antiga Deputada do PSD, peço ao Sr. Deputado Paulo Mota Pinto o favor de ler o projeto de voto.

O Sr. **Paulo Mota Pinto** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o voto é do seguinte teor:

«Amélia Cavaleiro Monteiro Andrade de Azevedo faleceu no dia 25 de janeiro de 2022, aos 92 anos.

Natural de Tabuaço, Viseu, concluiu, com elevada classificação, a licenciatura e o mestrado em Direito na Universidade de Coimbra.

Amélia de Azevedo deve ser lembrada, acima de tudo, como uma defensora convicta e empenhada dos valores da democracia e da social-democracia.

Antes do 25 de Abril, participou ativamente no grupo de católicos que se constituiu para apoiar o Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, impedido de regressar ao seu País e assim condenado ao exílio que havia de durar cerca de dez anos.

A ação deste grupo teve grande repercussão a nível do Porto, mas acabou por ganhar igual relevo a nível nacional, pela participação relevante em iniciativas, como a da ala liberal e da SEDES, que tinham o objetivo de promover a instauração da democracia em Portugal.

Após o 25 de Abril, foi uma das fundadoras do Partido Social Democrata e do Sindicato dos Professores da Zona Norte, a cuja Assembleia Geral presidiu durante vários anos.

Exerceu funções como professora de Direito Comercial no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto e no Instituto de Serviço Social do Porto.

Na sua atividade política, foi Deputada à Assembleia Constituinte de 1975, na primeira vez em que as mulheres puderam votar e ser eleitas.

Posteriormente, foi Deputada do PSD na I, II, III e IV Legislaturas, eleita sempre pelo círculo do Porto.

Empenhou-se particularmente nas matérias da educação e nas respeitantes aos direitos das mulheres.

No exercício dos mandatos parlamentares, foi secretária da Mesa da Assembleia, Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, e Presidente do Conselho Nacional de Alfabetização e Educação Básica de Adultos.

No plano internacional, fez parte da delegação portuguesa à Assembleia dos Parlamentares da NATO e da delegação portuguesa ao Conselho da Europa. Nesta última, onde esteve de 1979 a 1987, foi Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura.

Em 1987, acompanhou o marido, o também Deputado constituinte Amândio de Azevedo, que daqui saúdo, entretanto nomeado Embaixador das Comunidades Europeias em Brasília.

Seis anos mais tarde, no regresso a Portugal, retomou as funções como professora do ISCAP, até se reformar.

A Assembleia da República, reunida em sessão plenária no dia 13 de abril de 2022, aprova um voto de pesar pela morte de Amélia de Azevedo e apresenta as mais sentidas condolências à sua família e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.»

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos passar à votação da parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Peço à Câmara que me acompanhe num minuto de silêncio, em homenagem a todos estes nossos concidadãos e concidadãs.

A Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.

Saúdo também a presença dos familiares da Dr.^a Amélia Cavaleiro de Azevedo.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos proceder à votação de um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, para o que peço à Sr.^a Secretária da Mesa, Deputada Palmira Maciel, o favor de o referenciar.

A Sr.^a **Secretária** (Palmira Maciel): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a solicitação do Tribunal Judicial da Comarca de Braga — Juízo Central Criminal de Guimarães — Juiz 1, Processo n.º 2457/19.7T9BRG, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Deputado Joaquim Barreto (PS) a prestar depoimento presencialmente, como testemunha, no âmbito dos referidos autos.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos votar o parecer.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Comunico também que estão em aprovação os n.ºs 36 a 38 do *Diário*, respeitantes às reuniões da Comissão Permanente, realizadas nos dias 15, 16, e 22 de março de 2022.

Não havendo objeções, consideram-se aprovados.

Comunico, ainda, que está presente na nossa sessão plenária, por videoconferência, a Sr.^a Deputada Rita Borges Madeira, do Grupo Parlamentar do PS.

A próxima reunião plenária ocorrerá na quarta-feira, dia 20 de abril, e a ordem do dia é dedicada ao debate sobre o Programa de Estabilidade.

O Sr. **João Paulo Rebelo** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Pede a palavra para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **João Paulo Rebelo** (PS): — Sr. Presidente, peço desculpa, mas é apenas para sinalizar a minha presença no Plenário, pese embora o facto de não ter conseguido fazer o registo eletrónico.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Martins de Carvalho** (PSD): — Sr. Presidente, se me permite...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Martins de Carvalho** (PSD): — Sr. Presidente, é para o mesmo efeito do Sr. Deputado João Paulo Rebelo.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

Desejo, então, a todos uma Boa Páscoa e até para a semana.
Está encerrada a sessão.

Eram 19 horas e 37 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.